

RAUL LUCAS TANIGUT BRISOLA MACIEL

DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO BRASIL INDEPENDENTE

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Pulquerio Figueiredo Bittencourt.

CURITIBA
2013

TERMO DE APROVAÇÃO

RAUL LUCAS TANIGUT BRISOLA MACIEL

DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO BRASIL INDEPENDENTE

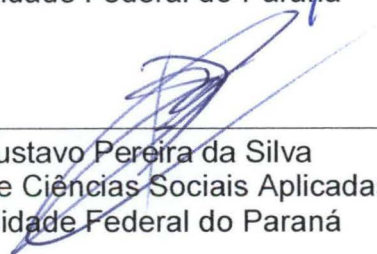
Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Pulquerio Figueiredo Bittencourt.
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof^a. Karlin Olbertz Niebuhr
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Gustavo Pereira da Silva
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 16 de dezembro de 2013.

Aos meus pais, Euro e Silvana.

À Tamara.

A quem se interessa pelo tema e compreende que o seu estudo não pode se deixar reduzir ao economicismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Euro e Silvana, por me permitirem chegar até aqui e por me incentivarem a ir além.

À Tamara, por tudo.

Ao Professor Pulquerio, pela orientação e por me ajudar a realizar esse trabalho e, sobretudo, por em 2009, durante as aulas de Formação Econômica Brasileira, ter me mostrado o quanto os temas da disciplina merecem e devem ser estudados.

Aos diversos autores que eu li e utilizei neste trabalho.

“Muda, que quando a gente muda o mundo muda com a gente.
A gente muda o mundo na mudança da mente.
E quando a mente muda, a gente anda pra frente.
E quando a gente manda, ninguém manda na gente.
Na mudança de atitude não há mal que não se mude nem doença sem cura.
Na mudança de postura a gente fica mais seguro,
na mudança do presente a gente molda o futuro!”

Gabriel O Pensador

“Duas tarefas do início da vida: limitar seu círculo cada vez mais
e verificar continuamente se você não está escondido
em algum lugar fora do seu círculo.”

Franz Kafka

“Existe essencial e característica contradição quando um país exporta
calçados em volume crescente e sua população anda descalça.”

Nelson Werneck Sodré

RESUMO

Esse trabalho buscou estudar o processo que construiu a dependência econômica brasileira e como ela se consolidou após a sua independência política. Analisando a partir da teoria da dependência, pretendeu-se aqui fazer uma breve análise dos fatores e tensões externos e internos que conduziram a essa situação.

Palavras-chave: Relações entre Brasil, Portugal e Inglaterra. Dependência econômica. Teoria da dependência. Capitalismo dependente.

ABSTRACT

This study sought to explore the process that built the Brazilian economic dependence and how it was consolidated after its political independence. Analyzing from the dependency theory, the intention here was to make a brief analysis of the factors and external and internal tensions led to this dependence.

Key Words: Relations between Brazil, Portugal and England. Economic dependence. Dependency theory. Dependent capitalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3 ALIANÇA LUSO-BRITÂNICA NOS SÉCULOS XVII E XVIII.....	22
3.1 TRATADOS DE 1642, 1654 E 1661.....	25
3.2 TRATADO DE METHUEN.....	28
3.3 IMPOSSIBILIDADE DE UM PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO	33
4 ECONOMIA MINEIRA.....	39
4.1 O OURO BRASILEIRO FINANCIANDO A INDUSTRIALIZAÇÃO INGLESA	39
4.2 REFORMAS POMBALINAS.....	41
4.2 RENASCIMENTO AGRÍCOLA.....	44
5 ABERTURA DOS PORTOS E TRATADOS DE 1810	48
6 BRASIL IMPÉRIO	59
6.1 INDEPENDÊNCIA E NOVOS TRATADOS	60
6.2 IMPORTAÇÃO DE CAPITAIS INGLESES	66
6.3 INDEPENDÊNCIA POLÍTICA X DEPENDÊNCIA ECONÔMICA	77
6.4 INFLUÊNCIA INGLESA E A ABOLIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO.....	85
6.5 CAPITALISMO DEPENDENTE	89
7 CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

Quase dois séculos após o processo que levou a Independência do Brasil de Portugal, quem recorrer aos livros sobre a nossa formação econômica, rapidamente verificará que não se tratava somente de uma exploração do Brasil por este país – a Inglaterra teve, a partir de meados do século XVII, significativa e crescente participação tanto no processo de exploração quanto na independência política do Brasil.

O processo de colonização pelo qual passou o Brasil sofreu, ao longo dos séculos, diversas mudanças e interferências. Consequentemente, se em seu início era fácil determinar Portugal como a metrópole – nos âmbitos político, econômico, financeiro e comercial –, com o passar do tempo essa determinação se tornou mais difícil. A relação colonial foi alterada e adaptada conforme as necessidades do mercado internacional e conforme interessava às classes dominantes brasileiras – o que não significa dizer que a estrutura colonial também passou por constantes e diversas alterações.

A delimitação do período a ser estudado por este trabalho não pode ser exata, à medida que o estudo da dependência econômica brasileira é muito complexo para que se encaixe em um determinado recorte – seja esse um recorte de tempo ou de caráter teórico ou metodológico. Como, entretanto, faz-se necessária a determinação de um período, elegemos para esse trabalho o período que se inicia a partir da década de 1640 e que vai aproximadamente até o final do século XIX.

Justificamos a escolha desse ponto de partida por compreendermos que essa década é marcada pelo aumento da influência inglesa sobre Portugal, aspecto essencial dentro do que pretendemos abordar. Já a determinação do período limite para o estudo – o qual não pode ser considerado a linha de chegada, pelo contrário – foi feita a partir do interesse de estudarmos aqui como se deu o processo de

dependência econômica do Brasil no período após a declaração da sua independência política, ou, de maneira mais clara, como após 1822, ano da independência do Brasil de Portugal, passou a Inglaterra a exercer sobre o Brasil uma posição de domínio que fez com a que formação do capitalismo brasileiro ocorresse de maneira dependente e em função do capitalismo industrial inglês. A partir da década de 1870, a situação começa a mudar, sendo, nesse esquema, a Inglaterra substituída pelos Estados Unidos, aspecto que não pretendemos abordar no decorrer desse trabalho, por compreendermos que o desenvolvimento da relação anglo-brasileira está diretamente ligado à questão central deste trabalho: como se desenvolvem, convivem e se acentuam simultaneamente os processos de independência política e de dependência econômica.

Buscamos, portanto, de modo geral, respeitar esse período, mas sem tomá-lo como uma delimitação rígida, como, por exemplo, na última seção, a qual demonstra o quanto é difícil fazer recortes temporais na história econômica e na qual compreendemos que certas características da economia brasileira são às vezes de difícil delimitação temporal.

No próximo item estão expostos o *Referencial Teórico* utilizado para a análise pretendida por este trabalho e os motivos para a sua utilização.

O terceiro capítulo, *Aliança luso-britânica nos séculos XVII e XVIII*, refere-se aos tratados realizados a partir da aliança entre Portugal e Inglaterra e cujos efeitos se estenderam para o Brasil durante os séculos seguintes.

O capítulo seguinte busca demonstrar brevemente como, durante o período da *Economia mineira*, foi acentuada a dependência indireta do Brasil em relação à Inglaterra e como essa economia foi importante para a revolução industrial inglesa.

Em *Abertura dos portos e tratados de 1810*, o foco é o período que marca a transição do Brasil colônia para o Brasil (in)dependente.

E, por fim, entramos no capítulo que se refere ao *Brasil Império* e que busca abordar o desenvolvimento e agravamento dos aspectos externos e internos que

reforçaram a nossa condição de dependência econômica, além de analisar o fato de o país viver a consolidação da sua independência política ao mesmo tempo em que agravava a sua situação de dependência econômica e também estudar como se deu no Brasil a formação do capitalismo dependente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Antes da formulação da teoria da dependência, os estudos sobre o desenvolvimento da América Latina reduziam-se basicamente entre duas correntes: a da teoria da modernização e a da teoria cepalina. Sem que as exploremos aqui de maneira detalhada, mas apenas passando pelos seus principais aspectos, temos que a primeira pressupunha a existência dos estágios de “sociedade tradicional” e de “sociedade moderna”, ocorrendo o desenvolvimento econômico quando da passagem do primeiro para o segundo estágio¹, sendo que durante a fase de transição, essa “sociedade intermediária” ou “transicional” apresentaria características tanto tradicionais quanto modernas. Cada sociedade tradicional teria, por conta de aspectos políticos, econômicos, sociais, etc. (os quais essa teoria não dá conta de explicar), obstáculos a serem superados e essa superação consistiria em alcançar os padrões das sociedades modernas², que seriam as sociedades capitalistas avançadas.

A fragilidade dessa teoria é a sua incapacidade de analisar de maneira satisfatória o desenvolvimento de determinadas sociedades, uma vez que o que separa as sociedades são determinados indicadores e que a transição de uma sociedade de um estágio para o outro pode ser feita apenas a partir do cumprimento de metas específicas anteriormente estabelecidas³. Ela considera ainda que a “existência destes obstáculos não chega a modificar esta tendência inevitável à modernização, introduz apenas uma perturbação, um retardamento no seu processo evolutivo”⁴. Por conta da sua superficialidade, essa teoria pode ser facilmente criticada por diversos pontos de vista. Cardoso e Faletto (1977) elegem dois:

De um lado, os conceitos “tradicional” e “moderno” não são bastante amplos para abranger de forma precisa todas as situações sociais existentes, nem permitem distinguir entre elas os componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas e mostram as condições de seu funcionamento e permanência. Tampouco se estabelecem, por outro lado,

¹ AMARAL, Tereza Cristina Kirschner do. Dependência: algumas considerações. 97 f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 1974, p. 6.

² Ibid., p. 7.

³ Id.

⁴ Id.

nexos inteligíveis entre as diferentes etapas econômicas – por exemplo, subdesenvolvimento, desenvolvimento através de exportações ou de substituição de importações, etc. – e os diferentes tipos de estrutura social que pressupõem as sociedades “tradicionais” e as “modernas”.⁵

A segunda corrente, que segue a linha desenvolvimentista proposta pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), tem na preocupação com os condicionantes históricos do subdesenvolvimento a principal diferença em relação à teoria da modernização, conforme expõe Amaral (1974):

A CEPAL via na América Latina uma economia agro-exportadora, voltada quase exclusivamente para o mercado externo. O processo de desenvolvimento consistia, dentro da ótica cepalina, na passagem desse estágio para outro, baseado na industrialização e voltado para o mercado interno. Este último tinha também por espelho as sociedades capitalistas avançadas. A diferença entre as duas correntes está em que o processo evolutivo na CEPAL é historicizado, adaptado às condições históricas latino-americanas.⁶

Essa corrente considera que a especialização na produção de matérias-primas para exportação é o que conduz a economia ao subdesenvolvimento e não ao desenvolvimento, enquanto o desenvolvimento econômico, e principalmente o industrial, é dependente da constituição e do crescimento de um mercado interno⁷. As formulações cepalinas tiveram início a partir da preocupação com a deterioração dos termos de troca⁸, pois a Comissão atribuía a essa deterioração um dos principais entraves ao desenvolvimento dos países latino-americanos, uma vez que a especialização desses países em produtos primários, dentro da divisão internacional do trabalho, os colocou em situação de dependência do comércio internacional. Os quatro principais fatores para essa dependência externa seriam:

⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Ideológica. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 17.

⁶ AMARAL, Tereza Cristina Kirschner do. Op. cit., p. 8.

⁷ FRANK, Andre Gunder. Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência. Tradução: Cláudio Alves Marcondes. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980, p. 154.

⁸ AMARAL, Tereza Cristina Kirschner do. Op. cit., p. 11: “No fundamental, o princípio das vantagens comparativas resume-se na ideia de que cada país deve especializar-se na produção daqueles bens em que é relativamente mais eficiente ou produtivo. Este princípio desemboca numa divisão internacional do trabalho, onde determinados países produzem matérias primas e outros produtos industrializados. A teoria previa que os dois grupos de países se beneficiariam desta especialização. Ambos atingiriam uma produção máxima, levando-se em consideração os fatores de produção disponíveis em escala mundial e sua localização geográfica. O progresso técnico que ocorresse nos países produtores de bens industrializados geraria, através de um aumento de renda, uma demanda maior de bens primários.”.

- a) diminuição do conteúdo de produtos primários na renda real da população, sobretudo nos grandes centros industriais.
- b) diminuição da produção de matérias primas no valor do produto final. O progresso técnico permite uma melhor utilização das matérias primas, de tal forma que uma mesma quantidade de produtos primários se traduz num valor proporcionalmente maior de artigos finais.
- c) matérias elaboradas sinteticamente substituem cada vez mais os produtos naturais.
- d) diferença de situações com relação à mão-de-obra nos países subdesenvolvidos e nos países desenvolvidos.⁹

Encontradas a causa do subdesenvolvimento dos países latino-americanos, a etapa seguinte dizia respeito à solução e esta, para os cepalinos, estaria na industrialização, para que se produzisse internamente o que os termos de troca – pressionados para baixo também pelas baixas dos salários provocadas pelas altas taxas de crescimento populacional destes países – não permitissem importar¹⁰ – processo conhecido como industrialização por substituição de importações. As condições eram, para estes teóricos, favoráveis, e parecia claro que

Os vínculos com o mercado internacional continuariam atuando, tanto pela necessidade de assegurar compradores para os produtores de exportação quanto pela necessidade de obter inversões do exterior. Entretanto, a expansão do mercado interno deveria assegurar por si só o desenvolvimento continuado. A instalação de “indústrias exportadoras” continuaria sendo necessária para manter a “capacidade de importar”, mas o sentido fundamental do desenvolvimento não seria dado pelo mercado externo, mas pelo interno.¹¹

Mas na década de 1960 as expectativas da corrente cepalina foram frustradas, pois a estratégia de desenvolvimento proposta pela comissão não surtiu os efeitos esperados sobre as importações e exportações, tampouco sobre a esperada integração regional¹². Se alguns resultados podiam facilmente ser observados em termos de PIB per capita, por exemplo, não se pode dizer o mesmo de indicadores sociais. A estratégia havia resultado em mudanças na estrutura produtiva, mas não na estrutura social. Apostar no caminho da industrialização ignorando outras características essenciais do Brasil enquanto país periférico é como tentar reproduzir aqui o modelo de acumulação capitalista das nações desenvolvidas – sem levar em conta que essas nações se localizam em tempos

⁹ Ibid., p. 13.

¹⁰ Ibid., p. 14.

¹¹ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Op. cit., p. 10.

¹² AMARAL, Tereza Cristina Kirschner do. Op. cit., p. 17.

diferentes e que são completamente diferentes os seus pontos de partida para o processo de desenvolvimento econômico. Amaral (1974) expõe o ponto que não foi coberto pelos estudos cepalinos:

A ideologia nacionalista da formulação cepalina e a ideia do desenvolvimento como sendo de interesse geral da população serviram, num determinado momento histórico, para encobrir as contradições entre as diversas classes sociais que configuravam a sociedade. Toda a questão do desenvolvimento foi vista do ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas.¹³

A teoria da dependência surge como uma nova visão e com uma posição crítica em relação às duas correntes citadas, especialmente à cepalina, a que mais influenciou o pensamento social latino-americano¹⁴. A principal diferença consiste no fato de a teoria da dependência não ser uma estratégia de desenvolvimento, mas sim “uma interpretação sociológica e política da América Latina”¹⁵ e que não se limita à análise dos condicionantes externos, mas estuda também os fatores internos e compreende que o subdesenvolvimento não é (apenas) decorrente da exploração das nações, mas sim da exploração das classes¹⁶. De acordo com Cardoso (1993),

A novidade das análises da dependência não consistiu, portanto, em sublinhar a dependência *externa* da economia que já fora demonstrada pela CEPAL. Ela veio de outro ângulo: veio da ênfase posta na existência de relações *estruturais* e *globais* que unem as situações periféricas ao Centro. Os estudos sobre a dependência mostravam que os interesses das economias centrais (e das classes que as sustentam) se articulam *no interior* dos países subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais. Existe pois uma articulação *estrutural* entre o Centro e a Periferia e esta articulação é global: não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior o estado.¹⁷

Compreendemos que voltar o estudo para os fatores internos seja essencial para uma compreensão mais abrangente da questão da dependência. De acordo

¹³ Ibid., p. 17.

¹⁴ Ibid., p. 8.

¹⁵ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. In: Perspectivas, 2010, v. 38, p. 31.

¹⁶ Ibid., p. 33.

¹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 19, grifo do autor.

com Amorim (2012), referindo-se ao progresso industrial e produtivo brasileiro ao longo do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, “se houve progresso material e a maioria não usufruiu dele na mesma proporção de uns poucos é porque outros se apropriaram dele”¹⁸. Assim, a estrutura de classes desses países é que permite que a classe dominante alie os seus interesses aos interesses do capital internacional. Frank (1980) aponta que considerar as colônias como nações que são vítimas das forças externas das metrópoles e, portanto, produto das políticas destas, não trata de fato a questão da dependência, mas, pelo contrário, dá apenas uma imagem superficial da natureza dessa dependência¹⁹. Para Sodré (2010),

A teoria da dependência, assim, é aquela que se ocupa dos traços que definiram a subordinação do desenvolvimento brasileiro a investimentos e empréstimos operados do exterior e no exterior. Investimentos protegidos de forma escandalosa para quem, hoje, os estuda, tão extorsivas foram as condições que os presidiram, e empréstimos que constituíram, ao longo dos decênios, o festival da finança internacional. Investimentos e empréstimos que configuraram, com absoluta nitidez, uma dependência da qual ainda não nos livramos, dependência que teve início na época do imperialismo, quando este fazia a sua tormentosa trajetória de exploração nas áreas que depois seriam conhecidas como subdesenvolvidas e/ou de terceiro mundo. O subdesenvolvimento e o terceiro mundismo, na verdade, foram um retrato da dependência. E a dependência configurou a espoliação continuada. Por longos decênios crescemos, lentamente, carregando esse pesado fardo. E é isso que, agora, pretende-se repetir, sob outros e esfarrapados disfarces, sob o título de neoliberalismo.²⁰

Adotarmos para este trabalho a ótica da teoria da dependência significa compreendermos que não está no fato de não ter passado por um processo de industrialização a razão principal para a condição de dependência e que nem é a não-industrialização dos países periféricos o objetivo principal dos países centrais. Conforme Dowbor (1982),

O imperialismo não impede – é hoje uma constatação de fato – a industrialização, dá-lhe apenas formas determinadas; é, pois, sob a

¹⁸ AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. Teoria da Dependência? A Problemática Hoje. 287 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2012, p. 18.

¹⁹ FRANK, Andre Gunder. Op. cit., p. 25-26.

²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck; SODRÉ, Olga (Org.). Desenvolvimento brasileiro e luta pela Cultura Nacional. Itu: Ottoni Editora, 2010, p. 99.

iniciativa da burguesia imperialista que se dá a industrialização, sendo a burguesia nacional arrastada no movimento.²¹

Na mesma linha, Frank (1980), argumenta que durante o século XX houve uma aceleração do crescimento industrial em muitos países periféricos, mesmo tendo ocorrido uma deterioração dos termos de troca destes em função da Segunda Guerra Mundial, e expõe que

os termos de comércio [...] somente são significativos no contexto do processo de acumulação de capital, divisão do trabalho e transformação dos modos de produção, os quais os termos de comércio primeiramente refletem e apenas secundariamente ajudam a reforçar.²²

Longe de se tratar apenas da questão da industrialização, a dependência econômica é tal que

No momento em que os países subdesenvolvidos foram capazes de ligar suas matérias-primas, tanto para a frente, processando-as, como para trás, produzindo o equipamento necessário, esta ligação não era mais domesticamente tão geradora de desenvolvimento e/ou internacionalmente competitivo, de modo que gerasse uma acumulação interna de capital ou evitasse a drenagem de capital para o exterior.²³

Sendo, portanto, a industrialização dos países subdesenvolvidos direcionada pelos países desenvolvidos, ela ocorre de modo dependente, pois o sistema produtivo desses países só se desenvolve na medida em que o sistema produtivo e as relações internacionais lhes permitem²⁴. Assim, temos que, por exemplo, quando a Inglaterra permitiu a instalação de indústrias têxteis no Brasil, não foi rompida de imediato a estrutura capitalista dependente. E esse exemplo ilustra bem o espaço que tendem ocupar as periferias na economia mundial quando se industrializam: a produção têxtil brasileira iniciada a partir da década de 1860, inicialmente dedicada à produção das roupas dos escravos, preenchia um espaço que a indústria inglesa havia deixado por já ter avançado e se concentrado em produtos de maior valor²⁵. Não havendo, portanto, concorrência; não perdendo o centro o seu poder

²¹ DOWBOR, Ladislau. A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 25.

²² FRANK, Andre Gunder. Op. cit., p. 133.

²³ Ibid., p. 150.

²⁴ SANTOS, Theotonio dos. The Structure of Dependence. In: The American Economic Review, v. 60, n. 2, p. 235.

²⁵ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 98-99.

econômico, pelo fato de a periferia produzir internamente algo que antes era importado; e não sendo rompido o capitalismo dependente – as próprias máquinas utilizadas nessa produção têxtil brasileira eram máquinas usadas (pela Inglaterra). E é justamente por continuar orientada para fora, que uma economia periférica não muda a sua estrutura social, o que lhe possibilitaria ver a formação de um mercado interno, mesmo com a industrialização²⁶. Para compreensão do funcionamento desse processo, é preciso ter em mente os seguintes conceitos:

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo – apesar de que, como vimos, isso implique algumas “consequências” sociais – sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial etc.). As noções de “centro” e “periferia”, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência.²⁷

Não pode ser ainda ignorado o fato de, com o passar do tempo e da própria especialização do Brasil em produtos primários, a sua participação enquanto periferia no mercado internacional não se dá apenas pelas suas exportações e importações, mas também passa a estar ligado ao centro em função dos investimentos industriais diretos que recebe²⁸.

Qualquer classificação proposta (sociedades modernas x tradicionais; países desenvolvidos x subdesenvolvidos; centro x periferia; etc.) implica uma dificuldade metodológica, não apenas por ser arbitrária, mas por, geralmente, não dar conta de, ao fazer essa classificação, abordar as diferenças entre os processos históricos e entre as estruturas sociais dos elementos de um mesmo grupo. Cada agrupamento torna necessário, portanto, que se estude essas diferenças. Procuramos aqui, dentro das nossas limitações, uma análise que considere que o Brasil não tem a mesma formação que os demais países periféricos e que mesmo a sua estrutura interna não é uniforme.

²⁶ Ibid., p. 103.

²⁷ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Op. cit., p. 27.

²⁸ Ibid., p. 125.

A teoria da dependência está também sujeita a críticas e reconhecemos algumas delas. Amorim (2012) expõe um dos pontos frágeis dessa teoria:

Se de um lado seus autores valorizavam uma problemática abrangente, costurando as várias áreas das ciências sociais, a fim de perceber as classes sociais, sua força, interesses, alianças e, desse modo, os movimentos longos da história, por outro, a enorme quantidade de variáveis envolvidas, as fontes ideológicas múltiplas, guiavam cada um e, para muitos, a urgência das transformações sociais, tudo isso, conduzia ao enorme risco de a abordagem ter fôlego curto, respondendo a anseios imediatos de uma época conturbada, ao invés de construir uma sólida análise das dificuldades e possibilidades dos países da América Latina.²⁹

Como acontece com qualquer outra corrente teórica, a teoria da dependência se desdobra em muitas versões e visões, o que gera, algumas vezes, diferenças de conceitos e de análises que impedem um estudo que a considere como uma teoria homogênea³⁰, mas não impedem que a dependência econômica brasileira seja analisada a partir do seu prisma.

Palmas (1978), por exemplo, oferece uma classificação que separa os teóricos em três principais correntes: a primeira, dotada de um viés marxista, inclui os autores que não consideram ser possível na América Latina o desenvolvimento capitalista, mas apenas o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, pois as economias periféricas já foram inseridas na economia mundial na condição de periféricas e, portanto, a estrutura do capitalismo internacional não lhes permitiria o acesso aos recursos necessários para um desenvolvimento autossustentado³¹; a segunda, uma espécie de evolução ou adaptação do pensamento cepalino, busca justamente estudar os obstáculos ao desenvolvimento econômico dos países onde se tentou o desenvolvimento industrial, mas sem os efeitos esperados³²; e a terceira é a corrente cujos autores dão mais atenção aos fatores internos que determinam a dependência³³.

Dentro dessa classificação proposta, entre os principais representantes das três correntes estariam, respectivamente, Andre Gunder Frank, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Utilizamos os três neste trabalho. Por conta dessa

²⁹ AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. Op.cit., p. 176.

³⁰ AMARAL, Tereza Cristina Kirschner do. Op. cit., p. 39-40.

³¹ PALMA, Gabriel. Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment? In: World Development. Pergamon Press Ltd.: 1978, vol. 6, p. 899.

³² Ibid., p. 906.

³³ Ibid., p. 898.

heterogeneidade de pensamento dentro da teoria da dependência, o que identificamos como mais um desafio para a elaboração deste trabalho, procuramos aqui manter uma coerência dentro da temática, mas sempre buscando que o seu viés teórico não prejudique a pesquisa.

Tomando a teoria da dependência como ponto de partida para análise teórica do período e dos temas tratados nesse trabalho, privilegiamos a análise da dependência como um instrumento para um amplo estudo não apenas dos aspectos econômicos, mas também dos políticos e sociais e da questão da dominação de nações sobre nações e de classes sobre classes.

3 ALIANÇA LUSO BRITÂNICA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Se, por um lado, durante a primeira década do período em que Espanha e Portugal formaram a chamada União Ibérica, entre 1580 e 1640, Portugal conseguiu expandir seus domínios para o norte e depois, na década de 1610, expulsou os franceses que haviam chegado ao Maranhão, foi também nesse período, por outro lado, que Portugal perdeu alguns dos seus entrepostos orientais e teve parte das suas terras americanas ocupada pelos holandeses³⁴.

Quando os dois países se uniram, a Portugal restou apenas experimentar relativa autonomia política. Logo a Espanha passou a impor impostos aos navios ingleses e holandeses – que já formavam a maioria dos navios no comércio brasileiro – e a conferir preferência aos comerciantes espanhóis. A explicação para Inglaterra e Holanda terem essa maioria no nosso comércio está na atração que sobre eles exercia o volume comerciado de açúcar brasileiro e no fato de que a frota mercante de Portugal por si só não era suficiente para lidar com esse volume³⁵.

O crescimento da indústria do açúcar e do número de engenhos no Brasil pode ser explicado pela sua demanda, pela contínua elevação dos seus preços e pela disponibilidade de capital para investir nesse mercado aqui no Brasil³⁶. A produção de açúcar representou a base da economia brasileira durante mais de um século e meio e o país foi o maior produtor mundial de açúcar até meados do século XVII – quando surgiram os concorrentes sérios, como as colônias da América Central e das Antilhas³⁷, ao mesmo tempo em que alguns mercados europeus foram fechados ao açúcar brasileiro, em função de políticas mercantilistas adotadas por alguns países³⁸.

³⁴ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa – 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 83.

³⁵ MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Econômica do Império, 1580 – 1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). América Latina Colonial. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, v. I, p. 458.

³⁶ SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial, c. 1580 – 1750: As Grandes Lavouras e as Periferias. In: BETHELL, Leslie (Org.). Op. cit., v. II, p. 344.

³⁷ PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006, p. 39.

³⁸ FURTADO, Celso. Formação Econômica da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, Editor S.A., 1970, p. 37.

Sendo assim, com tamanha importância da produção não apenas para a economia nacional, mas também para a economia internacional, os ganhos originados através do açúcar atraíam muitos estrangeiros, como holandeses, franceses, espanhóis e ingleses, e todos estes tentaram de alguma maneira obter vantagens nesse mercado. Portugal enfrentou muitas dificuldades em função das invasões holandesas³⁹ – que representaram a principal ameaça à colônia americana de Portugal durante o período.

As hostilidades entre Holanda e a Espanha têm como marco o ano de 1581, quando os até então chamados Países Baixos Espanhóis declararam independência em relação à Espanha. Como retaliação, a Espanha buscou proibir os comerciantes portugueses de realizarem transações com os holandeses⁴⁰. A partir da década de 1620, após algumas décadas de relativa tranquilidade na relação entre os países, essa questão acabou se estendendo a Portugal, que, em função das invasões holandesas, perdeu o controle e o comércio do nordeste brasileiro⁴¹.

Entre os fatores para o rompimento de Portugal e Espanha está a incapacidade da coroa espanhola em proteger a costa brasileira dos ataques holandeses. Uma vez que a possibilidade de utilizar os recursos da Espanha para defender os seus domínios ultramarinos era o único forte argumento para que os portugueses aceitassem a aliança com os espanhóis⁴² e diante do fato de essa defesa não se concretizar (primeiro nas Índias Orientais, no início do século XVII, e em seguida no Brasil, o território ultramarino que mais gerava lucros para Portugal), a união – que nunca fora muito popular entre os portugueses – chegou ao fim em 1640.

Segundo Simonsen (2005), Portugal

com sua diminuta população, fora das rotas comerciais da Idade Média, não estava preparado, assim como a Espanha, para a manutenção de seus domínios coloniais, por falta de uma base sólida com estrutura econômica apropriada às suas novas condições. E ao passo que a Espanha perdia,

³⁹ REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. Economia Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 17.

⁴⁰ SMITH, Joseph; VINHOSA, Francisco. A History of Brazil, 1500 – 2000: Politics, economy, society, diplomacy. Londres, Longman: 2002, p. 9.

⁴¹ MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Econômica do Império, 1580 – 1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). Op cit., v. I, p. 459.

⁴² ELLIOTT, J. H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (Org.). Op. cit., v. I, p. 331.

praticamente, todas as suas possessões, Portugal, apesar de todas as vicissitudes por que passou, ainda conserva um notável império colonial.⁴³

Sem a autoridade que mantiveram sobre Portugal por mais de meio século, os espanhóis reconheceram a independência portuguesa apenas quase três décadas após a separação dos dois países. E em que pese ter sido assinado um acordo de paz entre Portugal e Holanda, em 1641, logo após a declaração portuguesa de independência, as ocupações holandesas de algumas colônias portuguesas (nos continentes americano e africano) não cessaram de imediato; por conta da presença holandesa no Brasil, registraram-se revoltas no Maranhão, em 1642; em Pernambuco, em 1645; além de diversas batalhas. A situação da colônia portuguesa na América era tão crítica, que apenas em 1654 caiu o último forte holandês⁴⁴.

Sem ter meios para se defender dos holandeses e dos espanhóis, “Portugal compreendeu, assim, que para sobreviver como Metrópole colonial deveria ligar o seu destino a uma grande potência”⁴⁵.

A grande potência em questão era a Inglaterra. Apesar de haver registro de acordos entre Portugal e Inglaterra já no século XIV⁴⁶ e de eles terem já especiais relações comerciais e econômicas – pois os ingleses importavam especiarias, sal, frutas e vinho e exportavam tecidos, sendo a balança comercial sempre favorável à Inglaterra⁴⁷ – compreendemos que a relação entre os dois países a partir do século XVII que é verdadeiramente determinante para os destinos de Portugal, Inglaterra e Brasil.

Essa relação, fortemente marcada por acordos e tratados, culminou em uma série de vantagens obtidas pela Inglaterra sobre Portugal e, conseqüentemente, sobre o Brasil.

⁴³ SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil: 1500 – 1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 62.

⁴⁴ MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Econômica do Império, 1580 – 1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). Op. cit., v. I, p. 457.

⁴⁵ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil..., p. 83.

⁴⁶ MANCHESTER, Alan K. Preeminência inglesa no Brasil. Tradução: Janaina Prado. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973, p. 18.

⁴⁷ MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Econômica do Império, 1580 – 1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). Op. cit., v. I, p. 459.

3.1 TRATADOS DE 1642, 1654 E 1661

Os conflitos com os holandeses ilustravam a vulnerabilidade da longa costa brasileira⁴⁸ e a fragilidade de Portugal diante das ameaças estrangeiras era evidente. Portugal fez diversas propostas aos holandeses, entre elas estava até mesmo a divisão do Brasil, mas todas foram recusadas⁴⁹. Sem conseguir chegar a um acordo com os holandeses e sem condições de se defender por muito tempo das ameaças espanholas e holandesas, a única alternativa para Portugal foi se aliar à Inglaterra.

Poder contar com a defesa da Inglaterra, garantida através de alguns tratados, foi sem dúvida algo de grande utilidade para Portugal – basta considerarmos que as tensões com a Holanda começaram a diminuir significativamente apenas a partir de 1661, quando os dois países assinaram um novo acordo de paz, que em 1667 foram restabelecidas as relações comerciais com a França e que somente em 1668 a Espanha reconheceu a independência portuguesa⁵⁰. Entretanto, por outro lado, o preço pago por Portugal foi altíssimo, uma vez que essa saída encontrada significou aceitar uma condição de semidependência⁵¹. Isto porque

O espírito dos vários tratados firmados entre os dois países, nos primeiros dois decênios que se seguiram à Independência, era sempre o mesmo: Portugal fazia concessões econômicas, e a Inglaterra pagava com promessas ou garantias políticas.⁵²

Os tratados de 1642, 1654 e 1661, que marcam a “aliança” entre Portugal e Inglaterra, garantiram a este país uma dominante influência no comércio português⁵³.

Esse comércio era de enorme importância para os mercadores britânicos e Portugal era, portanto, de grande importância nas transações realizadas por eles.

⁴⁸ SMITH, Joseph; VINHOSA, Francisco. Op. cit., p. 10.

⁴⁹ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 84.

⁵⁰ MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Econômica do Império, 1580 – 1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). Op. cit., v. I, p. 457.

⁵¹ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 84.

⁵² Ibid., p. 85.

⁵³ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 17.

Consideradas as duas vias do comércio, Portugal era o entreposto que ligava as colônias portuguesas à Inglaterra, assim como a Inglaterra às colônias portuguesas⁵⁴.

O momento em que ocorre a aproximação entre Portugal e Inglaterra não poderia ser mais propício aos ingleses, pois Portugal e a sua colônia estavam em momentos de crise – Portugal em função do período em que esteve unido à Espanha, e cujo resultado foi perda de territórios, comprometimento da sua autonomia política, a destruição da sua marinha e restrição das possibilidades comerciais, dado o fechamento de alguns mercados, fatores que resultaram no empobrecimento do país e de sua população, e o Brasil em função das quedas no preço do açúcar, produto em torno do qual havia se estabelecido toda a economia colonial.

A política econômica de Portugal independente caracterizava-se principalmente pelo fato de que “ao liberalismo do passado substituía um regime de monopólios e restrições destinados a dar maior amplitude possível à exploração e aproveitamento das colônias, e canalizar para o Reino o resultado de todas suas atividades”⁵⁵, como tentativa de compensar as perdas de seus domínios para holandeses, ingleses e franceses (em menor grau no que diz respeito a estes últimos).

A Inglaterra exigiu, em 1642, que Portugal fizesse com os ingleses um tratado com maiores vantagens do que as que eles haviam oferecido à Holanda em um acordo de 1640. Sobre esse tratado de 1642, Manchester (1973) considera que “o acordo permitia à Inglaterra ganhar tudo e perder pouco, enquanto para Portugal as concessões eram exorbitantes e as vantagens pequenas”⁵⁶.

Os tratados realizados entre os países eram complementares e reforçavam a posição inglesa diante de Portugal e de seus territórios. Os privilégios conseguidos pelos ingleses foram: controle sobre as tarifas sobre as importações de mercadorias inglesas; liberdade de comércio com as colônias portuguesas (em detrimento da soberania portuguesa enquanto Metrópole) e extensa jurisdição extraterritorial⁵⁷ e mesmo benefícios quanto à questão religiosa. Dessa maneira, a Inglaterra ampliou

⁵⁴ Ibid., p. 19.

⁵⁵ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 54-55.

⁵⁶ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 20.

⁵⁷ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 84.

os seus privilégios e colocou-se ainda em melhor posição em relação a Portugal e ao Brasil. Enquanto o que os portugueses conseguiram “foi o reconhecimento de sua independência e a amizade da Inglaterra, o que não era uma mercadoria muito estável em 1642” ⁵⁸.

Com o tratado de 1654, “Portugal tornara-se um virtual vassalo comercial da Inglaterra” ⁵⁹. Nesse ano, Cromwell “exigiu maiores privilégios e vantagens comerciais a favor da Inglaterra, alegando o auxílio português prestado àquele rei deposto” ⁶⁰ e conseguiu assegurar à Inglaterra o direito de livre navegação dos seus navios no Brasil e usufruindo os mesmos direitos designados às mercadorias portuguesas. E caso Portugal necessitasse de navios do exterior, a preferência no fornecimento destes foi garantida à Inglaterra. Ainda que este tratado tenha ido além da “amizade”, e tenha garantido também proteção a Portugal, ele pode ser destacado por ser o momento em que a Inglaterra conseguiu as vantagens comerciais e religiosas que a Espanha pretendia conseguir em relação a Portugal⁶¹.

De acordo com Furtado (2009):

Se se tem em conta que por essa época a Espanha ainda não reconhecia a separação de Portugal e que nesse mesmo ano se estava negociando a paz com a Holanda, é fácil compreender o que significava para o governo português uma aliança que lhe garantia a sobrevivência como potência colonial. ⁶²

E o tratado de 1661 pouco fez a mais que confirmar e reforçar os tratados anteriores, selando a aliança que garantia enormes vantagens econômicas e comerciais à Inglaterra e proteção política a Portugal⁶³, ficando este país seriamente dependente daquele. É, portanto, interessante e necessário observar como esse processo da aliança anglo-portuguesa garantiu a sobrevivência portuguesa como potência colonial, como acima citado, em um primeiro momento, mas que ocorreu em um segundo momento foi a “liquidação dos vínculos da Colônia com a Metrópole,

⁵⁸ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 20.

⁵⁹ Ibid., p. 30.

⁶⁰ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 453.

⁶¹ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 26.

⁶² FURTADO, Celso. Op. cit., p. 85.

⁶³ NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808). 6. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995, p. 22-23.

cuja posição de entreposto excrescente se fez cada vez mais notória”⁶⁴. A partir destes tratados, e em meio às mudanças na ordem econômica mundial, Portugal passou da condição de sujeito ativo e dominante (juntamente com a Espanha) para a de nação marginal.

E quanto ao Brasil, conseqüentemente, o que se observa é que não houve mudança no modelo de dependência externa então vigente (que, pelo contrário, foi reforçado), o que mudou foi que passou para uma condição de dependência indireta (intermediada por Portugal) em relação à Inglaterra. Continuou a não-acumulação de capital, gerado em terras brasileiras, mas remetido para o exterior – fator importantíssimo para a explicação dos rumos que tomam os países envolvidos após os tratados citados.

3.2 TRATADO DE METHUEN

Em meados de 1703, conforme negociado por John Methuen, foi assinado um tratado de aliança ofensiva e defensiva, que renovava os tratados anteriores⁶⁵. E não obstante os tratados anteriormente citados, em 1703 foi celebrado o Tratado de Methuen, que renovou o sistema de aliança entre Portugal e Inglaterra já estabelecido entre os anos de 1642 e 1661⁶⁶. O contexto em que foi realizado esse tratado, entretanto, era completamente diferente do contexto que envolvia os tratados antes celebrados.

No período de transição do século XVII para o século XVIII, a Inglaterra já não tinha mais o mesmo interesse no açúcar brasileiro, pois ela própria o produzia em suas colônias e o vendia se utilizando de práticas mercantilistas. Como o açúcar produzido no Brasil tinha custos bem menores que o produzido nas ilhas caribenhas, o único modo que ingleses, holandeses e franceses encontraram para favorecer as produções das suas ilhas foram justamente algumas políticas mercantilistas. Para que fique mais claro o entendimento dos efeitos das medidas adotadas, basta notar

⁶⁴ FURTADO, Celso. Formação Econômica da América Latina..., p. 43.

⁶⁵ NOVAIS, Fernando A. Op. cit., p. 28.

⁶⁶ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 34.

que cerca de 80% do açúcar vendido em Londres nos anos 1630, era produzido no Brasil, enquanto nos anos 1670, esse valor havia sido reduzido a 40% e nos anos 1690, a 10%⁶⁷.

Outro ponto a ser notado é que Portugal buscou paralelamente a mesma política em relação ao açúcar brasileiro ao impor tarifas protecionistas, na tentativa de protegê-lo. O efeito alcançado, porém, não tinha a ver com o esperado, pois o que ocorreu foi que na verdade as medidas adotadas impediam qualquer possibilidade de o açúcar brasileiro ser competitivo e, portanto, exportado – mas os danos decorrentes da queda do preço internacional e da crise que Portugal vivia, não permitiam à corte abolir esses impostos e, por outro lado, mantê-los impedia a recuperação e a expansão da indústria⁶⁸.

Formava-se assim um círculo vicioso no qual Portugal impunha altas taxas, o que impedia o aumento da produção, o que, por sua vez, significava uma renda menor para a corte e isso tornava necessária uma taxa ainda mais extraordinária.

Entre 1640 e 1700 foram promovidas diversas desvalorizações cambiais da moeda portuguesa (o valor da libra aumentou cerca de 250%, em réis, nesse período)⁶⁹, recurso conhecido como “quebra da moeda” e do qual outros países já haviam se utilizado, mas o qual Portugal utilizou em maior escala⁷⁰.

A crise da indústria brasileira do açúcar na década de 1680, depois de um século de crescimento e prosperidade, desencadeou uma crise econômica em Portugal. A receita proveniente do comércio colonial caiu tanto que Portugal já não conseguia adquirir manufaturas do exterior (especialmente da Inglaterra) ou para a metrópole ou para as colônias.⁷¹

O tratado de Methuen, ao reduzir as possibilidades agrícolas portuguesas ao vinho, desestimula outras culturas e põe fim também à “nascente manufatura de estufa do reino”⁷², abrindo espaço para as indústrias inglesas no mercado português. Esse tratado ia contra as intenções do Conde de Ericeira, D. Luís de Meneses, considerado por alguns autores como o “primeiro Colbert português”, que

⁶⁷ SMITH, Joseph; VINHOSA, Francisco. Op. cit., p. 24.

⁶⁸ SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial, c. 1580 – 1750: As Grandes Lavouras e as Periferias. In: BETHELL, Leslie (Org.). Op. cit., v. II, p. 369.

⁶⁹ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil..., p. 129.

⁷⁰ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 86.

⁷¹ MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Econômica do Império, 1580 – 1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). Op. cit., v. I, p. 467.

⁷² FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 13. ed. São Paulo: Editora Globo, 1998, v. 1, p. 226.

tinha como objetivo estimular o desenvolvimento de manufaturas em Portugal, tendo como um dos principais feitos o fato de ter tornado possível a proibição da importação de panos, em 1684⁷³. Diante dessas circunstâncias, a descoberta de grandes quantidades de ouro em terras brasileiras ocorreu em um momento em que poderia “salvar” Portugal economicamente. O país, com isso, começou a receber os ganhos a partir das minas de ouro recém-descobertas, e dessa maneira estava começando a desenvolver a sua própria indústria têxtil, ameaçando a indústria inglesa⁷⁴ – a importação de tecidos por Portugal foi reduzida quase totalmente. Esse desenvolvimento não teria ocorrido sem que no país tivesse começado a prevalecer “o ponto de vista de que era necessário produzir internamente aquilo que o açúcar permitira antes importar em abundância”⁷⁵.

Vivendo a crise do fim do ciclo do açúcar (que pode ser considerada uma crise do setor agrícola brasileiro, pois outros produtos, como, por exemplo, o tabaco, também experimentavam problemas quanto à concorrência e aos preços internacionais), Portugal teve no ouro brasileiro uma chance de sobrevida. Apesar dessa oportunidade, a crise parecia irreversível e isso abriu o espaço que a Inglaterra necessitava para conseguir grande influência sobre as políticas e sobre o mercado da metrópole e de suas colônias⁷⁶, o que até então não era possível em função do Pacto Colonial.

A exemplo do que fazia com a sua produção de açúcar, a Inglaterra também impunha práticas protecionistas para as suas manufaturas e dessa maneira estimulava muito o desenvolvimento de manufaturas no país, mas, ainda assim, estas já começavam a sofrer a concorrência dos panos orientais, que eram levados ao país pelas frotas inglesas das companhias de comércio⁷⁷. O medo dos ingleses de que as manufaturas francesas comprometessem o seu mercado interno era mais um motivo para que se buscasse reforçar a aliança com Portugal⁷⁸.

Methuen “se baseava nas indicações naturais do clima e do meio inglês para a indústria fabril e as condições favoráveis do ambiente lusitano, onde o clima não

⁷³ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 464.

⁷⁴ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 36.

⁷⁵ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 142.

⁷⁶ DESHAYES, Jean-Luc; WEIBEL, Pierre. Brasil, a dependência. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1987, p. 20-21.

⁷⁷ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 337.

⁷⁸ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 43.

se mostrava tão adverso aos trabalhos de campo, para a cultura vinícola”⁷⁹ para argumentar pela realização do acordo e encontrou na classe dos produtores e exportadores de vinhos de Portugal um grupo aliado⁸⁰, uma vez que estes formavam o grupo dominante no país e não apoiavam a política de estímulo à instalação de manufaturas.

Com o Tratado de Methuen pode ser observado o início da transição de uma economia mais restrita, ou, de um modelo mais fechado, para uma economia com um maior dinamismo e muito voltada para os interesses ingleses. Esse acordo garantiu posição privilegiada para a Inglaterra no comércio brasileiro, pois com ele, “Portugal, em troca de alguns favores no mercado inglês para os seus vinhos, abriu o próprio mercado e das colônias, de forma irreversível, às manufaturas inglesas”⁸¹. Após assinado, não demorou muito para que o tratado fosse fortemente criticado pelos que defendiam os novos ideias liberais⁸², em função dos privilégios por ele criados.

Com esse tratado, de apenas três cláusulas, a Inglaterra ganhou um novo mercado para alargar as suas possibilidades de fabricações e escoar as suas manufaturas. Reproduzimos abaixo o tratado, na íntegra:

Artigo I

Sua Majestade sagrada, o rei de Portugal, promete, tanto em seu nome como no de seus sucessores, admitir em Portugal, para sempre no futuro, os tecidos de lã e os demais manufaturados de lã da Grã-Bretanha, como era costume, até esses produtos serem proibidos por lei; isso, porém, sob a seguinte condição:

Artigo II

Isto é, que Sua Majestade sagrada, a rainha da Grã-Bretanha, seja obrigada em seu próprio nome e no de seus sucessores, para sempre no futuro, a admitir na Grã-Bretanha os vinhos de produção portuguesa; de tal modo que nunca, quer haja paz, quer haja guerra, entre os reinos da Grã-Bretanha e da França, se cobre, por esses vinhos, a título de aduana ou imposto, ou a qualquer outro título, direta ou indiretamente, quer sejam eles importados na Grã-Bretanha em pipas ou quartelas, ou outros cascos, algo acima de quanto se cobrar pela mesma quantidade ou medida de vinho francês, deduzindo ou descontando 1/3 da alfândega ou imposto. Mas, se em algum momento essa dedução ou desconto alfandegário, conforme acima mencionado, for de qualquer maneira tentada ou prejudicada, será justo e legal que Sua Majestade sagrada, o rei de Portugal, poderá proibir

⁷⁹ CARQUEJA, Bento apud SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 338.

⁸⁰ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 142.

⁸¹ FURTADO, Celso. Formação Econômica da América Latina..., p. 43.

⁸² FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil..., p. 87.

novamente os tecidos de lã e os demais manufaturados de lã da Grã-Bretanha.

Artigo III

Os Excelentíssimos Senhores plenipotenciários prometem e assumem como dever que seus senhores acima mencionados ratifiquem o presente tratado e que a ratificação será intercambiada no prazo de dois meses.⁸³

O período que se segue é marcado pela completa impossibilidade de industrialização do Brasil e de Portugal. Analisando apenas o curto prazo, podemos ver que Portugal foi salvo economicamente pelas importações do ouro brasileiro, mas que se observado o longo prazo, o país pagou pela submissão à Inglaterra, pois não desenvolveu sistemáticas políticas agrícola ou industrial⁸⁴.

Em suma, de nada valeu a Portugal o impulso dinâmico criado pela produção de ouro no Brasil uma vez que este foi transferido para a Inglaterra com o ato de renúncia portuguesa ao desenvolvimento manufatureiro⁸⁵ – como Portugal não podia apenas com a exportação de vinhos compensar a balança e pagar as importações das manufaturas inglesas, o ouro brasileiro acabou sendo utilizado para este fim. E a já citada renúncia, teve como consequência que Portugal não apenas pôs fim ao seu parque industrial, mas também se tornou definitivamente uma nação agrícola, baseada principalmente na produção vinícola⁸⁶.

As mudanças para o Brasil após o acordo foram consideráveis. Em que pese continuar em uma situação colonial (em uma relação que apenas esboçava o que mais tarde se configuraria em uma dependência direta da Inglaterra), o país já vivia algumas mudanças internas. Com a crise do reino português, a “colônia havia se tornado mais rica que a metrópole”⁸⁷ tão logo foi intensificada a exploração do ouro. Como o açúcar deixou de ser o principal produto da economia brasileira (como

⁸³ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações – Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, v. 2, p. 48-49.

⁸⁴ ALDEN, Dauril. *O Período Final do Brasil Colônia, 1750 – 1808*. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Op. cit.*, v. II, p. 524.

⁸⁵ FURTADO, Celso. *Op. cit.*, p. 86-87: “Ao Brasil o ouro permitiu financiar uma grande expansão demográfica, que trouxe alterações fundamentais à estrutura de sua população, na qual os escravos passaram a constituir minoria, e o elemento de origem europeia, maioria. Para a Inglaterra, o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa. A Portugal, entretanto, a economia do ouro proporcionou apenas uma aparência de riqueza, repetindo o pequeno reino a experiência da Espanha no século anterior.”

⁸⁶ SIMONSEN, Roberto C. *Op. cit.*, p. 338.

⁸⁷ ALDEN, Dauril. *O Período Final do Brasil Colônia, 1750 – 1808*. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Op. cit.*, v. II, p. 524.

também o era para a economia portuguesa), “a Colônia deu costas ao litoral e começou a se entranhar sertões adentro”⁸⁸. Essa mudança na ocupação geográfica do país é em grande parte devida à formação de um polo produtor de ouro e diamantes no Brasil, o qual teve duplo impacto no que diz respeito à ocupação do país: primeiro, ao acelerar o povoamento de origem europeia e, segundo, estimular a formação de um mercado que articulasse as distintas regiões do país⁸⁹. Esse ponto, aliás, é bem característico dos diversos ciclos econômicos pelos quais o país passou ao longo desses séculos e que sempre tiveram o efeito de mudar o centro dinâmico da economia.

Ainda que o ciclo do ouro tenha gerado certos efeitos para a economia brasileira, estes parecem de pouco valor, dado o volume de ouro que deixou o país em direção à Inglaterra e o atraso industrial que nos foi imposto. A partir do Tratado de Methuen, a Inglaterra conseguiu ganhar e manter o Brasil como uma virtual colônia por mais de cem anos⁹⁰.

3.3 IMPOSSIBILIDADE DE UM PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Brasil e Portugal começam o século XVIII marcados pelo Tratado de Methuen e a não-industrialização prevista pelo acordo pesou imensamente e contribuiu para que o desenvolvimento econômico brasileiro ocorresse com imenso atraso. Este atraso, entretanto, não pode ser atribuído apenas a este tratado e às suas consequências, mas também ao modo como os portugueses direcionavam suas políticas econômicas em relação ao Brasil.

O que estes aspiravam para a sua colônia americana é que fosse uma simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano e que se pudessem vender com grandes lucros nos mercados europeus. Este será o objetivo da política portuguesa até o fim da era colonial. E tal objetivo ela o alcançaria plenamente, embora mantivesse o Brasil, para isto, sob um rigoroso regime de restrições econômicas e

⁸⁸ DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010, p. 70.

⁸⁹ FURTADO, Celso. Formação Econômica da América Latina..., p. 40-41.

⁹⁰ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 15.

opressão administrativa; e abafasse a maior parte das possibilidades do país.⁹¹

Ou seja, temos as origens dessa condição de impossibilidade do processo de industrialização não na relação anglo-portuguesa, mas no próprio modo adotado por Portugal no que diz respeito às suas colônias. De acordo com Novais (1995), tratava-se de um sistema mercantilista, por ser a economia dominada pela função de mercado, mas não havia a mentalidade burguesa⁹², pois a burguesia era subsidiária e dependente do Estado, diferentemente de como funcionavam as burguesias holandesa e inglesa⁹³. Foram ainda impostas diversas restrições econômicas (de produção de certas culturas, como a uva, pra que não houvesse aqui a possibilidade de competição com a indústria vinícola portuguesa, de determinadas profissões, como a de ourives, extinta pela carta régia de 1766⁹⁴, e mesmo restrições ao desenvolvimento de um sistema educacional, por exemplo), e isso levou a uma limitação da capacidade de diversificação e de elevação da produção e limitou também a criação de tradições econômicas⁹⁵. A política colonial foi desenvolvida no sentido de preservar o mercado colonial para as manufaturas da metrópole (mercado que na verdade acabou recebendo mais as manufaturas inglesas do que as portuguesas) e para isso, portanto, havia a necessidade de que se restringisse, senão impedisse, a produção manufatureira na colônia⁹⁶. É evidente, entretanto, que deve sim ser atribuída considerável importância à aliança entre Portugal e Inglaterra, que foi decisiva para o desenvolvimento ou para a estagnação industrial dos países envolvidos, através dos tratados já citados nos capítulos anteriores e que mais tarde seria agravada pelos tratados assinados no século XIX.

Para que não nos estendamos muito neste ponto que diz respeito à contribuição do modo como foi operada a colonização portuguesa, basta considerarmos que havia por parte dos colonizadores um interesse no sentido comercial e econômico, sem necessariamente algum caráter de colonização no

⁹¹ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 55.

⁹² NOVAIS, Fernando A. Op. cit., p. 209.

⁹³ FAORO, Raymundo. Op. cit., v. 1, p. 174.

⁹⁴ LIMA, Heitor Ferreira. História político-econômica e industrial do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970, p. 121.

⁹⁵ BUESCU, Mircea. História Econômica do Brasil: Pesquisas e Análises. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 221.

⁹⁶ NOVAIS, Fernando A. Op. cit., p. 112.

sentido de ocupação (senão com fins comerciais). Prado Jr. (2006), em uma análise mais profunda, aponta que:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção e considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira.⁹⁷

Assim, que o Brasil se tornasse um país cuja economia fosse de base agrícola já era algo esperado de acordo com o projeto de colonização português. Essa situação, porém, teve a possibilidade de mudar a partir do desenvolvimento da atividade mineradora. Algumas circunstâncias que apresentava o mercado da região mineira poderiam ter contribuído para o desenvolvimento manufatureiro e de um conjunto de atividades ligadas ao mercado interno. Tendo em perspectiva uma comparação com o período anterior e com a experiência em torno do açúcar, essas circunstâncias eram: maior afluxo financeiro e menor dispêndio relativo com importações; maior parcela de população livre e em grande parte concentrada em grupos urbanos e semiurbanos; a distância entre a região mineira e os portos, o que tornava ainda mais caros os produtos importados⁹⁸. Esse desenvolvimento, entretanto, não aconteceu.

Ao ouro brasileiro pode ser atribuída boa parte da responsabilidade pelo atraso português. Ao mesmo tempo em que ele criou condições para que houvesse relativo desenvolvimento endógeno no Brasil, ele fez acalmarem-se as possibilidades de desenvolvimento manufatureiro e técnico em Portugal⁹⁹. Esse “atraso” português não era de maneira alguma fruto de incapacidade portuguesa, mas sim característica resultante das políticas econômicas desenvolvidas pelo país e que colocavam a apropriação das rendas originadas nas colônias no centro dos

⁹⁷ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 23.

⁹⁸ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil..., p. 140.

⁹⁹ Ibid., p. 141-142.

seus objetivos¹⁰⁰. E isto pode ser comprovado pelas iniciativas tomadas pelo governo português quando cessado o grande afluxo de ouro¹⁰¹, que foram principalmente no sentido de produzir internamente (tendo em vista principalmente o consumo de luxo das classes mais altas) o que o país já não tinha mais condições de importar, por conta da escassez de meios de pagamento internacionais.

Com a soma de alguns fatores, como: a estrutura assentada na contínua transferência de excedentes para a Metrópole, a constituição de uma economia exportadora de base agrária, adoção do sistema de plantation, utilização de mão de obra escrava e preponderância do capital mercantil metropolitano sobre a produção colonial; tornava-se possível a geração de circuitos internos de acumulação (sob a forma de “acumulação endógena”, os quais contribuíram para a formação de uma elite mercantil e para a reprodução da economia colonial¹⁰². Assim, uma vez esgotadas as vantagens de determinada produção agrícola ou as minas, como nos casos do açúcar e do ouro, por exemplo, a pequena classe de comerciantes e grandes produtores retornava a Portugal, não restando à colônia capitais acumulados ou reservas que lhe permitissem renovar as atividades¹⁰³. Da economia do Brasil colonial não se esperava apenas que saíssem apenas os produtos para exportação, mas era necessário que estes promovessem a acumulação de capital pelas classes burguesas europeias¹⁰⁴. Assim, apesar do grande afluxo de riquezas, não houve qualquer acumulação de capital que pudesse ser depois aplicado de maneira reprodutiva, nem na colônia, nem na metrópole – no Brasil por não haver uma classe que pudesse realizá-lo, uma vez que os monopólios eram realizados pela metrópole, não permitindo o surgimento de uma burguesia local na colônia¹⁰⁵ e pelo fato de que a “acumulação” se dava a partir do acúmulo de mão de obra escrava, e em Portugal por não haver um núcleo manufatureiro que pudesse colocar o país no ritmo da Revolução Industrial, mas havia sim uma forte classe de grandes

¹⁰⁰ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 52.

¹⁰¹ PEDREIRA, Jorge Miguel. Indústria e atraso econômico em Portugal (1800-25). Uma perspectiva estrutural. In: *Análise Social*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Lisboa, 1987, vol. XXIII (97), p. 566.

¹⁰² FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. Op. cit., p. 28.

¹⁰³ FAORO, Raymundo. Op. cit., v. 1, p. 222-223.

¹⁰⁴ NOVAIS, Fernando A. Op. cit., p. 97.

¹⁰⁵ FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina...*, p. 49.

proprietários de terras e exportadores de vinho que contribuíram para transformar Portugal em uma dependência agrícola da Inglaterra¹⁰⁶.

Várias causas podem ser apontadas para que se explique o fato de não ter ocorrido o desenvolvimento manufatureiro no Brasil à época e, de acordo com Furtado (2009), “a causa principal possivelmente foi a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável”¹⁰⁷. A própria decadência da economia mineira está relacionada com a falta de conhecimento técnico – o que pode ser atribuído à administração pública, que em nenhum momento se preocupou em disponibilizar sistema de educação e conhecimento técnico aos colonos¹⁰⁸.

Sobre essa questão o atraso da industrialização, costuma-se citar o decreto de 1785, que mandou abolir as fábricas e indústrias do país, que tinha como argumento o fato de que este ato serviria “para não distrair braços da lavoura – e para assegurar uma diferenciação na produção entre a metrópole e a colônia, que permitisse o fomento do comércio e o aumento do consumo dos produtos industriais da metrópole”¹⁰⁹. Feita uma exceção às manufaturas de panos grossos de algodão, utilizados para fabricação das vestimentas dos escravos e também para sacaria e empacotamento de objetos, esse decreto pôs fim à pequena e já limitada indústria da colônia¹¹⁰. Diante disso, não pode ser negada a importância deste ato – que, aliás, não foi o único, tendo sido proibida a fabricação de açúcar no Maranhão, em 1761, e tendo a metrópole também proibido as plantações de açúcar nas regiões mineiras, determinando inclusive que fossem desmontados os engenhos existentes destas regiões¹¹¹ – entretanto, o decreto de 1785 parece ser de pouca relevância prática, uma vez que havia sido quase nulo o desenvolvimento manufatureiro durante os períodos de prosperidade e decadência da atividade mineira¹¹².

O tratado de 1786, assinado entre a França e a Inglaterra, teve importância para o desenvolvimento manufatureiro português por ter posto fim ao privilégio aos vinhos portugueses, ao especificar, em um de seus artigos, que “os vinhos da França nunca pagarão impostos maiores do que os que os vinhos de Portugal

¹⁰⁶ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil..., p. 143-144.

¹⁰⁷ Ibid., p. 141.

¹⁰⁸ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 61.

¹⁰⁹ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 481.

¹¹⁰ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 108.

¹¹¹ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 66.

¹¹² FURTADO, Celso. Op. cit., p. 141.

pagam atualmente”¹¹³. Também houve a redução de impostos de outros produtos de origem francesa (como vinagres e aguardentes), prejudicando sobremaneira o comércio português e sem, em tese, ferir o Tratado de Methuen¹¹⁴. Dessa maneira, Portugal acabou tendo de direcionar os esforços para as indústrias portuguesas e o interesse em que a sua colônia produzisse manufaturas, que já era quase nulo, foi ainda mais diminuído.

¹¹³ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 57.

¹¹⁴ MANCHESTER, Alan K. Ibid., p. 58.

4 ECONOMIA MINEIRA

A mineração se desenvolveu com a utilização dos fatores produtivos disponíveis a partir da decadência das atividades anteriormente predominantes e fez ocorrer um grande afluxo de pessoas Brasil adentro¹¹⁵, mudando o centro econômico do país. O diamante também foi explorado, sendo o Brasil o primeiro grande produtor da pedra e chegando a ter, no século XVIII, o monopólio da sua produção. Relativamente ao ouro, entretanto, acabou sendo de pouca importância¹¹⁶. Ainda que sem produtos exportáveis de alto valor comercial, pode ser observada relativa prosperidade no sul de Minas Gerais¹¹⁷ e no sertão nordestino, cujo gado, em meados do século XVIII, levou a região ao auge do seu desenvolvimento durante o período colonial¹¹⁸. Mas além de essa prosperidade ter surtido poucos efeitos para outras regiões, menor ainda foi o seu poder de beneficiar a economia brasileira, que não enriqueceu e tampouco se desenvolveu industrialmente a partir da economia do ouro, se observado o longo prazo.

Abordaremos abaixo alguns dos aspectos referentes à economia mineira e das suas consequências para as economias portuguesa, brasileira e inglesa.

4.1 O OURO BRASILEIRO FINANCIANDO A INDUSTRIALIZAÇÃO INGLESA

Como exposto acima, poucos efeitos surtiram a partir da exploração do ouro no sentido de enriquecimento ou de plano de desenvolvimento manufatureiro ou industrial, seja no Brasil ou em Portugal. Não à toa, Pombal considerava o ouro como uma “riqueza puramente fictícia para Portugal”¹¹⁹. Da mesma maneira que se encontrava em meados do século XVII, quando diversos tratados anglo-portugueses foram assinados, Portugal também durante o ciclo do ouro tinha a posição de mero

¹¹⁵ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 64.

¹¹⁶ Ibid., p. 62.

¹¹⁷ Ibid., p. 65.

¹¹⁸ Ibid., p. 68.

¹¹⁹ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 87.

entrepósito, servindo desta vez como uma articulação fundamental para a economia inglesa¹²⁰ – economia esta que já àquela época representava o sistema econômico em mais rápida expansão.

O Brasil passou a ser o líder mundial de produção de ouro, responsável por mais de metade da produção mundial do metal. Houve um grande impacto na economia mundial, pois grande parte do ouro aqui produzido era exportada diretamente para Portugal, onde os lucros eram utilizados para financiar as extravagâncias reais e também transferidos a outras potências europeias – especialmente à Inglaterra, em pagamento pelas importações dos bens manufaturados¹²¹. A descoberta do ouro em Minas Gerais, já próximo do final do século XVII, aumentou a demanda de mão de obra, o que teve o efeito de elevar consideravelmente os preços dos escravos¹²². A pequena parcela de ouro que permanecia no Brasil servia para a formação de capital sob a forma de escravos e em parte para dar conta do crescimento da população e das aglomerações urbanas¹²³.

Desenvolvendo o tráfico negreiro, fazendo crescer assustadoramente a população africana, rasgando a terra na labuta do ouro, embarcando-o para a metrópole insaciável – que aqui mantinha o mais extorsivo sistema fiscal e administrativo – o Brasil estabelecia um impulso notável ao industrialismo inglês e, fornecendo ouro à Inglaterra, acelerava o processo de desenvolvimento material cuja fase culminante estabeleceria a ruína e o fim do trabalho escravo.¹²⁴

A Inglaterra vinha de um período de explorações ultramarinas bem-sucedidas, além de ser intensamente atuante no que diz respeito a tráfico de escravos, pirataria, guerra e comércio, além do desenvolvimento técnico e da formação de uma forte classe burguesa¹²⁵ e passou a poder contar ainda com o ouro. Como o ouro brasileiro era maciçamente remetido para a Inglaterra, pois era utilizado por Portugal para honrar as importações que realizava de manufaturas

¹²⁰ Ibid., p. 86.

¹²¹ SMITH, Joseph; VINHOSA, Francisco. Op. cit., p. 25.

¹²² SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial, c. 1580 – 1750: As Grandes Lavouras e as Periferias. In: BETHELL, Leslie (Org.). Op. cit., v. II, p. 370.

¹²³ LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. A evolução da economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 39.

¹²⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graphia, 1998, p. 52-53.

¹²⁵ HEILBRONER, Robert L. A Formação da Sociedade Econômica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987, p.106.

inglesas, ele acabava por estimular o trabalho inglês e o seu desenvolvimento técnico, contribuindo efetivamente para o progresso do país¹²⁶, além de possibilitar ao país o acúmulo de grande quantidade de reservas internacionais, essenciais para enfrentar as guerras napoleônicas¹²⁷. O ouro estimulou os preços e “conferiu novos elementos à expansão britânica que há mais de meio século se preparava para a conquista de colônias e de mercados”¹²⁸ e, dessa maneira, acelerou o processo que culminaria na revolução industrial inglesa.

De maneira resumida, Furtado (2009) aponta que o ciclo do ouro brasileiro representou para a Inglaterra

um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa.¹²⁹

Com os privilégios conseguidos sobre os mercados português e brasileiro, a Inglaterra encontrou para onde exportar suas manufaturas e por elas sendo paga em ouro. Os capitais que a Inglaterra recebia eram revertidos para os setores produtivos, que se desenvolveram ainda mais e o centro financeiro europeu passou de Amsterdã para Londres¹³⁰, em função da enorme acumulação inglesa de reservas de ouro.

4.2 REFORMAS POMBALINAS

A partir da segunda metade do século XVIII, um personagem de grande importância ganhou espaço e poder. Trata-se do Marquês de Pombal, que era nitidamente preocupado com a organização do império e a busca por uma maior eficiência das práticas mercantilistas “como alavancas para a retomada de posição de Portugal no cenário de uma Europa que assistia à então primazia e ao vívido

¹²⁶ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 338.

¹²⁷ FURTADO, Celso. Formação Econômica da América Latina..., p. 43.

¹²⁸ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 338.

¹²⁹ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil..., p. 86.

¹³⁰ Ibid., p. 145.

crescimento da França e, especialmente, da Inglaterra”¹³¹, então a sua atuação ocorreu notoriamente no sentido de tentar pôr fim aos privilégios ingleses, buscando garantir a manutenção do pacto colonial. Em meio à conjuntura de recessão durante a qual Pombal apareceu, buscar maneiras de produzir internamente e, conseqüentemente, substituir importações, apresentou-se como a única maneira de que os portugueses tivessem acesso ao consumo de certos bens. Então várias medidas foram tomadas e surtiram importantes efeitos para a Portugal e também para o Brasil – pois além de desenvolver Portugal, as reformas pretendiam aumentar a subordinação das colônias à metrópole e também a obtenção de recursos a partir delas.

Pombal acreditava que Brasil e Portugal necessitavam de companhias monopolistas de comércio privadas e devidamente financiadas. Convencendo um grupo de funcionários do governo e comerciantes de Lisboa a investir¹³² em suas ideias, ele promoveu a criação de três grandes companhias: a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, a Companhia de Pesca, em 1756, e a Companhia de Pernambuco e Paraíba, em 1759¹³³. A Companhia do Grão-Pará e Maranhão detinha a exclusividade do direito de importar escravos e todos os navios que saíssem de Portugal para o Brasil deveriam ser da Companhia¹³⁴ e, tendo operado até 1778, tinha como principal motivo para existir, o objetivo de introduzir mão de obra africana no Brasil, principalmente na região norte¹³⁵. Com essas companhias, Pombal pretendia para Portugal o desenvolvimento de uma legislação econômica e da estrutura empresarial que fizesse com que os beneficiados pelas relações comerciais entre a metrópole e a colônia fossem os grandes comerciantes portugueses¹³⁶ e não os ingleses.

E nesse período ele também instaurou a Junta do Comércio, que tinha poderes para “regular todos os negócios ligados ao comércio, para impedir e punir os contrabandos, e para conceber ou recusar licenças de abertura de lojas de

¹³¹ CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750 – 1808). In: Revista Tempo. Departamento de História, Universidade Federal Fluminense: Niterói, n. 31, p. 75.

¹³² ALDEN, Dauril. O Período Final do Brasil Colônia, 1750 – 1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). Op. cit., v. II, p. 550.

¹³³ SMITH, Joseph; VINHOSA, Francisco. Op. cit., p. 26.

¹³⁴ MANCHESTER, Op. cit., 1973, p. 50.

¹³⁵ FAORO, Raymundo. Op. cit., v. 1, p. 218.

¹³⁶ CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Op. cit., p. 74.

varejo”¹³⁷. A campanha de Pombal contra os privilégios ingleses foi intensa e a Junta declarou uma longa lista de artigos que passaram a ser considerados como de contrabando caso entrassem em Portugal, objetivando reduzir as possibilidades de comércio dos ingleses¹³⁸. Essas medidas representam bem a mudança na política econômica de Portugal, que passou a estar voltada para a produção colonial (através da introdução de novos produtos e da preocupação com a questão do contrabando)¹³⁹.

Segundo Manchester (1973),

resumindo suas investigações, alguns comissários nomeados para estudar as relações anglo-portuguesas relataram, em 1767, que, no seu ponto de vista, o aspecto mais importante de todos era o da situação do comércio com o Brasil. Eles unanimemente concordavam com os relatórios que chegavam anualmente de Lisboa, dizendo que o aumento ou diminuição do comércio da Grã-Bretanha com Portugal dependia do comércio com a colônia da América do Sul. Agora, as companhias de comércio monopolistas e a Junta do Comércio, instituídas por Pombal, ameaçavam afastar a Inglaterra da participação no comércio colonial brasileiro, o que, na opinião dos comissários, era de longe o elemento mais importante nas relações comerciais anglo-portuguesas.¹⁴⁰

Um capítulo na atuação de Pombal diz respeito aos jesuítas, já que o Marquês acreditava que a influencia deles era uma ameaça ao domínio efetivo de grande parte da colônia e por isso em 1755 os jesuítas tiveram abolido o poder nas missões indígenas e em 1759 foram expulsos.¹⁴¹ Mais ou menos à mesma época, a escravidão indígena foi abolida, sendo declarados os índios cidadãos livres e o trabalho deles passou a ser obrigatoriamente pago¹⁴².

Ainda que a indústria portuguesa resultante do conjunto de reformas tenha se caracterizado antes pela “pequena unidade artesanal pré-capitalista, de produtor independente”¹⁴³ e orientada para o mercado local do que para a exportação, a economia portuguesa logo pode sentir os efeitos das reformas. O volume de comércio entre os Portugal e Inglaterra caiu consideravelmente: em 1765 o comércio de lã representava metade do volume comercializado em 1755¹⁴⁴. E o resultado para a

¹³⁷ MANCHESTER, Op. cit., p. 50.

¹³⁸ Ibid., p. 51.

¹³⁹ CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Op. cit., p. 79.

¹⁴⁰ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 53.

¹⁴¹ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 71.

¹⁴² Ibid., p. 71.

¹⁴³ NOVAIS, Fernando A. Op. cit., p. 129.

¹⁴⁴ MANCHESTER, Op. cit., p. 53.

balança comercial podia ser facilmente percebido: de um milhão de libras esterlinas a favor da Inglaterra, em 1760, passou para cerca de duzentas mil libras em 1770 e para quase cem mil libras a favor de Portugal em 1780¹⁴⁵. Com a combinação entre os produtos brasileiros e as indústrias portuguesas baseadas principalmente naqueles produtos, Portugal viveu um período de prosperidade entre 1780 e 1806¹⁴⁶. Por outro lado, se observado o longo prazo, essas transformações econômicas “não teriam criado as condições necessárias para mudanças mais profundas das estruturas sociais e econômicas de Portugal”¹⁴⁷, continuando o país sem um representativo grupo empresarial, muito menos capitalista.

Apesar de ter se dedicado arduamente a reduzir as vantagens econômicas da Inglaterra sobre Portugal, o próprio Pombal sabia que era essencial manter a proteção política inglesa¹⁴⁸, exemplificando o dilema e a contradição que de certa maneira carregava esta aliança.

Ao mesmo tempo em que a aproximação entre França e Inglaterra agia, de certa maneira, contra Portugal, pelo fato de a Inglaterra, isso forçou Portugal a buscar novos caminhos e, por influência de Pombal, acabou desenvolvendo-se no Brasil a agricultura – espalharam-se rapidamente plantações de algodão, arroz, anil, café e cacau – mais do que a mineração¹⁴⁹.

4.3 RENASCIMENTO AGRÍCOLA

Até meados do século XVII, pode considerar-se que

formou-se uma economia agrícola de exportação constituída de unidades isoladas, vinculadas diretamente com o exterior e sem qualquer articulação com outras áreas do país, exceto o interior pecuário que surgiu como dependência da economia açucareira.¹⁵⁰

¹⁴⁵ Ibid., p. 54.

¹⁴⁶ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 467.

¹⁴⁷ FRAGOSO, João. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (séculos XVII e XIX). In: História: Questões & Debates. Editora UFPR: Curitiba, 2002, n. 36, p. 105.

¹⁴⁸ NOVAIS, Fernando A. Op. cit., p. 30.

¹⁴⁹ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 59.

¹⁵⁰ FURTADO, Celso. Formação Econômica da América Latina..., p. 40.

Após esse período, a mineração promoveu relativa integração entre as diferentes áreas produtoras do Brasil, mas nada que incitasse muito o seu desenvolvimento interno. A partir da decadência das regiões mineradoras (o que ocorreu rapidamente), houve aqui um período de renascimento agrícola¹⁵¹.

Como consequência das políticas de Pombal, as indústrias de Portugal viveram certo período de prosperidade, baseada principalmente nos produtos brasileiros¹⁵² – a importância da colônia para a economia da metrópole era tamanha que em 1777 aproximadamente 55% dos produtos que compunham a balança comercial de Portugal eram brasileiros¹⁵³. As medidas portuguesas incluíam, entre seus objetivos, uma melhor exploração das suas colônias, travando o máximo possível o desenvolvimento destas, principalmente do Brasil, a sua maior colônia, porém

Não era possível explorar a colônia sem, de certo modo, desenvolvê-la; ainda que esse 'desenvolvimento' se fizesse nas linhas de uma economia dependente, não podia deixar de envolver um aumento necessário de população na colônia, e uma complexidade crescente da sociedade colonial – o que começava a abrir a possibilidade de a pouco e pouco se manifestar oposição de interesses entre os colonos e a metrópole.¹⁵⁴

Vale notar que além de Portugal ter voltado as atenções para o desenvolvimento agrícola da colônia, uma série de fatores internacionais colaboraram para que a política desse resultados positivos. Isto é, a Guerra de Independência dos Estados Unidos e a Revolução Industrial modificaram o mercado mundial de produtos tropicais, pela exclusão temporária do mercado das colônias inglesas da América do Norte, as principais produtoras de arroz e pelo crescimento na demanda por algodão¹⁵⁵. Também tiveram efeito a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas e a desarticulação do império espanhol na América. Com esses fatores a favor, os recursos foram concentrados e direcionados para esses dois produtos. Até então o algodão aqui produzido era apenas uma cultura de expressão local e pouco valor, não sendo frequentemente exportado, mas nas

¹⁵¹ PRADO Jr., Caio. Op. cit., 2006, p. 85.

¹⁵² SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 467.

¹⁵³ Ibid., p. 466.

¹⁵⁴ NOVAIS, Fernando A. Op. cit., p. 142.

¹⁵⁵ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil..., p. 153-154.

últimas décadas do século XVIII ganhou importância no mercado internacional a partir da conjuntura que o favoreceu¹⁵⁶.

O açúcar conheceu novo período de crescimento nas últimas décadas do século XVIII. Após o colapso da região açucareira do Haiti, então colônia francesa, em 1789, quando os quase meio milhão de escravos se revoltaram e dessa maneira modificaram o mercado de açúcar¹⁵⁷. Também o tabaco e o anil¹⁵⁸ tiveram crescimento nesse período de transição do século XVIII para o século XIX

O deslocamento provocado pela mineração foi nesse período invertido, conforme Prado Jr. (2006):

A consequência máxima, na feição geral da colônia, do renascimento da agricultura, é o novo deslocamento de seu eixo do interior para marinha. [...] Para a produção dos gêneros tropicais de que então se tratava, e sobretudo o açúcar de cana, nada mais favorável que esta baixada litorânea, úmida e quente, em que a qualidade excepcional de certos solos vinha complementar a excelência das condições climáticas. Ocorria ainda mais uma circunstância favorável a esta localização. Produzindo exclusivamente para o exterior, as atividades econômicas da colônia se fixam naturalmente próximo aos portos de embarque e exportação.¹⁵⁹

Em que pese ter resultado em efeitos na balança comercial em relação à Inglaterra, já que o saldo dessa balança esteve substancialmente a favor de Portugal entre 1791 e 1810¹⁶⁰, a exemplo dos períodos de prosperidade vividos pelos ciclos anteriores, este período pouco surtiu efeito no sentido de desenvolvimento técnico. “O desenvolvimento da agricultura no período que temos em vista, embora bastante considerável, é muito mais quantitativo do que qualitativo”¹⁶¹, ou seja, houve um aumento da plantação, mas os modos praticados eram os mesmos de séculos antes e não houve o desenvolvimento ou o aprimoramento de indústrias internas. Isso era devido a uma espécie de círculo vicioso que travava o desenvolvimento técnico e que se caracterizava por não haver a oferta de meios modernizantes ao mesmo tempo em que não havia demanda por eles¹⁶². O crescimento do volume de açúcar que ocorreu na época, por exemplo, levou a um novo aumento no número de

¹⁵⁶ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 81.

¹⁵⁷ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 155.

¹⁵⁸ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. Op. cit., p. 84.

¹⁵⁹ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 85.

¹⁶⁰ ALDEN, Dauril. O Período Final do Brasil Colônia, 1750 – 1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). Op. cit., v. II, p. 582-583.

¹⁶¹ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 87.

¹⁶² LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. Op. cit., p. 73.

engenhos¹⁶³, mas estes tinham rigorosamente as mesmas especificidades técnicas de engenhos instalados há muito mais tempo.

¹⁶³ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 32.

5 ABERTURA DOS PORTOS E TRATADOS DE 1810

Após a invasão dos franceses em Portugal, a corte portuguesa transferiu-se para o Brasil em 1808. Essa transferência não teve caráter apenas geográfico, mas também político, passando o Brasil a ser o centro do sistema português – as medidas adotadas pelo governo a partir de então raramente levavam em consideração o interesse dos que haviam permanecido na metrópole, tampouco a situação econômica de Portugal, que foi, portanto, quase deixado de lado.

O comércio externo brasileiro, às vésperas do decreto de abertura dos portos, era “monopolizado legalmente pelos portugueses e contrabandeado pelos ingleses”¹⁶⁴. Esse contrabando é explicado em parte pela ruína da marinha mercante portuguesa¹⁶⁵, que não podia atender completamente às necessidades da colônia, razão pela qual o contrabando era admitido com certa tolerância. Mas não somente os ingleses o praticavam: o contrabando era ainda praticado por outras nações que viam nele uma ferramenta para tentarem fazer frente à Inglaterra, uma vez que essas demais potências se viam cada vez mais pressionadas pela revolução industrial inglesa, e dessa maneira elas podiam acirrar um pouco a competição¹⁶⁶. Apesar desses e de outros esforços, era crescente a importância inglesa para a economia mundial, principalmente com a revolução industrial que fez com que o país se desenvolvesse consideravelmente e alcançasse posição de hegemonia tanto política quanto econômica, explorando não apenas as suas colônias, mas também os sistemas coloniais de Portugal e Espanha¹⁶⁷. Com uma influência cada vez maior sobre Portugal, a Inglaterra passava a ter, conseqüentemente, grande poder sobre os portos brasileiros. Somente com a quebra dos monopólios, no caso da relação Portugal-Brasil tratava-se do pacto colonial, ocorreria a continuidade do desenvolvimento do capitalismo industrial – o qual teve expressivo progresso na segunda metade do século XVIII. Para isto colaborava o fato de o desenvolvimento industrial inglês ter se mostrado irreversível e, conseqüentemente, cada vez mais tornava-se necessária e imprescindível a

¹⁶⁴ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 115.

¹⁶⁵ Ibid., p. 125.

¹⁶⁶ NOVAIS, Fernando A. Op. cit., p. 178.

¹⁶⁷ Ibid., p. 121.

abertura dos mercados ultramarinos para que o país expandisse os mercados consumidores dos seus produtos manufaturados, e como a Inglaterra tinha um controle cada vez maior dos transportes marítimos, tornou-se fácil prever que logo estes portos seriam abertos¹⁶⁸.

Para essa abertura, José da Silva Lisboa, mais tarde Visconde de Cairu, foi um personagem essencial pois, segundo ele, isso poria de uma só vez fim às restrições do comércio colonial – em um momento em que Portugal já não podia mais contar com o ouro brasileiro¹⁶⁹ e as exportações brasileiras haviam caído consideravelmente, não apenas pelo esgotamento das minas mas também por causa da queda na exportação de açúcar¹⁷⁰. Expondo cuidadosamente todas as vantagens que o Brasil poderia obter e utilizando os “argumentos mais radicalmente liberais”¹⁷¹, ele teve papel fundamental nesse processo em que D. João VI teria dado início ao sistema liberal e posto fim ao sistema mercantil¹⁷². Não era difícil, aliás, que as ideias liberais conquistassem adeptos entre os brasileiros que desejavam o fim do sistema colonial, já que o liberalismo representava a oposição a esse sistema que, por estar baseado em princípios mercantilistas e no pacto colonial, representava um grande obstáculo à economia brasileira, mas, mais que isso, representava uma barreira às classes dominantes brasileiras, as quais viam Portugal ganhar sobre as suas produções.

Ao pôr fim ao pacto colonial, a abertura dos portos, decretada em 28 de janeiro de 1808, marca o “começo do fim do regime colonial baseado no privilégio, no monopólio e na exclusividade”¹⁷³ ao mesmo tempo em que algumas dessas condições de “privilégio, monopólio e exclusividade” são, na prática, transferidas da relação luso-brasileira para a anglo-brasileira. Uma vez abertos os portos às nações amigas, o comércio estava aberto, na prática, apenas à Inglaterra, por conta das guerras que aconteciam no continente europeu – e até que estas se encerrassem, o que só veio a ocorrer em meados de 1814, os outros países não poderiam tirar proveito dessa abertura do mercado brasileiro. Em função disso, a Inglaterra cuidou

¹⁶⁸ FURTADO, Celso. Formação Econômica da América Latina..., p. 43.

¹⁶⁹ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 73-74.

¹⁷⁰ FAORO, Raymundo. Op. cit., v. 1, p. 244.

¹⁷¹ PEDREIRA, Jorge Miguel. Op. cit., p. 593.

¹⁷² ROCHA, Antonio Penalves. Economia política e política no período joanino. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. LAPA, Roberto do Amaral (Org.). História Econômica da Independência e do Império. São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002, p. 30.

¹⁷³ CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Op. cit., p. 87.

para que fossem tomadas medidas que impedissem que as demais economias, após o fim do período de guerras, concorressem com a inglesa pelo mercado brasileiro. Assim, entre 1808 e 1810, a Inglaterra pressionou a corte portuguesa para garantir que teria sobre a colônia as mesmas vantagens que já tinha sobre a metrópole¹⁷⁴ – e essa pressão teve efeito quando se verifica os tratados de 1810. A predominância dos ingleses no mercado brasileiro pode ser demonstrada pelo fato de que as estatísticas disponíveis indicam que os fluxos de importação e exportação eram de absoluto controle dos ingleses¹⁷⁵.

A abertura dos portos é de todo benéfica aos ingleses: a sua expansão industrial não exigia apenas a expansão dos mercados, mas também matéria-prima e mesmo passando pelo entreposto português, o algodão brasileiro ocupava o terceiro lugar em ordem de importação pela Inglaterra, ficando atrás dos Estados Unidos e das colônias inglesas. O que ocorre a partir de 1808 é que o algodão brasileiro passa a ser exportado pelos portos brasileiros e sem precisar passar pelos portos e alfândegas portuguesas, tendo o seu preço diminuído e favorecendo assim, mais uma vez, os ingleses¹⁷⁶. Não apenas isso, devido ao bloqueio continental cabia quase exclusivamente à Inglaterra o fornecimento de produtos coloniais à Europa, de maneira que, por exemplo, quase metade do açúcar que a Inglaterra importava não era para consumo dos ingleses, mas sim para reexportar para o restante da Europa.

Para Portugal, com o declínio quase total dos seus mercados ultramarino e interno, esse processo significou o colapso de uma crise que já vinha de algumas décadas. Tão grave era a situação portuguesa no período imediatamente anterior à abertura dos portos que em alguns momentos até mesmo grande parte dos alimentos e de algumas matérias-primas consumidas pelo país eram importadas da Inglaterra¹⁷⁷. Por aspectos como “quebra geral da produção, pelas inibições à comercialização, pelo encerramento temporário ou definitivo de fábricas e oficinas, pela subocupação de mão de obra e de instalações”¹⁷⁸ que pode ser caracterizada a crise portuguesa no período de transição do século XVIII para o XIX. Apesar do

¹⁷⁴ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 79.

¹⁷⁵ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. Op. cit., p. 191.

¹⁷⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 154-155.

¹⁷⁷ PEDREIRA, Jorge Miguel. Op. cit., p. 573.

¹⁷⁸ Ibid., p. 575.

esforço português (que pode ser considerado “reduzido e tardio” ¹⁷⁹) para um desenvolvimento manufatureiro durante a segunda metade do século XVIII e de terem alcançado certo grau de desenvolvimento através da política desenvolvimentista implantada no país, os portos de Porto e Lisboa desempenhavam apenas o papel de entrepostos para as mercadorias inglesas que invadiam o Brasil¹⁸⁰ – servindo muito bem para a reexportação dos produtos agrícolas brasileiros para a Inglaterra e das manufaturas inglesas para o Brasil, mas sem conseguir atingir um ponto em que exportasse as suas próprias manufaturas. Estatísticas portuguesas do século XVIII apontam que mais de 80% das exportações para as colônias eram para o Brasil e cerca de 50% do que Portugal exportava correspondiam a produtos brasileiros¹⁸¹. Reexportar tornou-se a principal função da economia portuguesa. Faoro (1998) expõe essa situação de parasitismo na qual vivia o comerciante português, o qual vivia dos lucros das vendas e das compras dessas reexportações do Brasil para a Europa e também no sentido inverso¹⁸². Simonsen (2005) descreve como se davam os ganhos para Portugal:

Ganhavam os navios portugueses com os seus fretes marítimos; ganhavam as alfândegas de Lisboa com as importações brasileiras; ganhavam os comissários portugueses com a armazenagem e a revenda desses produtos; ganhavam novamente as alfândegas portuguesas com a entrada de manufaturas estrangeiras, para o consumo do reino e da colônia, trocadas em elevada proporção por artigos brasileiros.¹⁸³

As reexportações de produtos europeus feitas por Portugal caíram para cerca de 10% do volume de antes da abertura dos portos. E as reexportações de produtos brasileiros caíram para menos de 12%¹⁸⁴.

Além da abertura dos portos, que pôs fim aos ganhos portugueses da maneira como explicitado acima, outro ato importante ocorrido logo após a chegada da família real foi a revogação do decreto de 1785, que proibia a instalação de fábricas em território brasileiro e foram feitos diversos incentivos às indústrias têxtil e

¹⁷⁹ FRANK, Andre Gunder. *Acumulação mundial – 1492 – 1789*. Tradução: Hélio Pólvora e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 219.

¹⁸⁰ PEDREIRA, Jorge Miguel. *Op. cit.*, p. 567.

¹⁸¹ SIMONSEN, Roberto C. *Op. cit.*, p. 497.

¹⁸² FAORO, Raymundo. *Op. cit.*, v. 1, p. 209-210.

¹⁸³ SIMONSEN, Roberto C. *Op. cit.*, p. 338.

¹⁸⁴ PEDREIRA, Jorge Miguel. *Economia e política na explicação da independência do Brasil*. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 78.

siderúrgica, os quais não surtiram efeito e dificilmente o poderiam. Não apenas pelas vantagens concedidas à Inglaterra, principalmente a partir de 1810, mas também por ambas por não terem a base técnica necessária e a siderurgia, em especial, por não ter ainda um mercado consistente formado e “simplesmente porque nenhuma indústria cria mercado para si mesma, e o mercado de produtos siderúrgicos era praticamente inexistente”¹⁸⁵. Mas ainda mais importante foi o decreto de 1º de abril de 1808, a partir do qual foi permitido a qualquer um, inclusive estrangeiros, estabelecer no Brasil fábricas de manufaturas de qualquer tipo¹⁸⁶, sendo concedidas ainda isenções para a importação de matérias-primas e sendo estimulada a instalação de manufaturas – principalmente têxteis e de ferro¹⁸⁷. Somando-se isso ao fim do regime de monopólio comercial e dominação política exercidos por Portugal, enquanto metrópole, o resultado foi a abertura do mercado colonial não apenas às manufaturas inglesas, mas também ao capital industrial inglês¹⁸⁸ – mais tarde, o país receberia também o capital financeiro inglês. A partir deste momento, o influxo que ocorreu de capital por parte dos britânicos acabou por estimular o crescimento econômico do Brasil (cabendo aqui questionarmos que tipo de crescimento e a qual classe ele beneficiava), mas, por outro lado, comprimiu o espaço das indústrias que aqui haviam sido instaladas¹⁸⁹ e inviabilizou a instalação de novas por parte dos colonos, uma vez que estes não conseguiriam competir com os ingleses em função das dificuldades que eles encontravam para obtenção de ferramentas agrícolas, por exemplo, pelo mercado de tamanho insuficiente e pelo custo do transporte das mercadorias¹⁹⁰, dificuldades com as quais os ingleses, já muito mais avançados tecnicamente, lidavam sem maiores problemas e assim conseguiam lançar no mercado brasileiro produtos mais baratos do que os que poderiam produzir os colonos. Com tamanhas restrições, apenas em Minas Gerais puderam sobreviver algumas pequenas manufaturas têxteis, por haver uma relativa concentração de população e também matéria-prima e por estar a uma distância dos

¹⁸⁵ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil...*, p. 171.

¹⁸⁶ ABRANCHES, Dunshee apud MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 77.

¹⁸⁷ HEES, Felipe. A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808 – 1956). In: *Em Tempo de Histórias. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília*: Brasília, 2011, n. 18, p. 104-105.

¹⁸⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio – contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 46.

¹⁸⁹ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 92-93.

¹⁹⁰ FAORO, Raymundo. Op. cit., v. 1, p. 248.

portos que a tornava uma região quase isolada¹⁹¹. O governo inglês adotou medidas que impediram que o Brasil importasse máquinas modernas ou conhecimento técnico, mas este fator é de pouca importância perto da impossibilidade de competir com os preços das mercadorias inglesas e que houve destes uma queda entre o começo e a metade do século XIX que, por exemplo, cerca de 80% no caso do algodão¹⁹².

Em 1810 foram assinados alguns tratados pelo Lorde Stranford e pelo Conde de Linhares, segundo Sodré (1998), “tratados ironicamente chamados de aliança e amizade”¹⁹³, que eram: um tratado de aliança de amizade, um de comércio e navegação e o outro se tratava de uma convenção sobre as relações postais entre Portugal, Inglaterra e suas respectivas colônias¹⁹⁴. sendo o Tratado de Comércio e Navegação o mais importante, por aumentar os privilégios concedidos à Inglaterra e chegando a atribuir às importações de manufaturas inglesas uma taxa menor do que a que deveria ser paga pelos produtos portugueses que entrassem no Brasil – reforçando assim a ideia de que a abertura dos portos tinha um caráter meramente nominal. Ainda que para Cairu os tratados não prejudicassem as indústrias já instaladas ou mesmo o comércio de mercadorias portuguesas para o Brasil, pois, segundo ele, as classes mais baixas continuariam consumindo essas mercadorias mais baratas, as portuguesas, enquanto as classes mais altas apenas teriam mais fácil acesso a produtos que na verdade elas já consumiam, os mais caros, os ingleses¹⁹⁵, é evidente que o Tratado de Comércio e Navegação pôs um fim quase definitivo às indústrias que por aqui haviam se instalado, como consequência dos esforços e estímulos do governo português, feitos a partir de 1808. Em substituição ao que havia sido determinado pelo decreto de abertura dos portos, que previa uma taxa de 24% *ad valorem* para as importações de quaisquer nações, os tratados de 1810 estabeleceram uma tarifa de 16% para as importações de Portugal e uma tarifa menor, de 15%, para a Inglaterra, continuando a taxa de

¹⁹¹ DGIN, José Evaldo de Mello. A dívida externa no império – organização e consolidação do Estado e início do processo de modernização dos instrumentos de exploração – (1824-1864) – contribuição para o estudo da história financeira do Brasil. 579 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, v. I, p. 47.

¹⁹² LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. Op. cit., p. 88.

¹⁹³ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 25.

¹⁹⁴ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 506.

¹⁹⁵ ROCHA, Antonio Penaves. Economia política e política no período joanino. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. LAPA, Roberto do Amaral (Org.). Op. cit., p. 37.

24% para as demais nações¹⁹⁶ – apenas em 1816 a tarifa paga pelas mercadorias portuguesas foi equiparada à paga pelas mercadorias inglesas.

O Brasil, já com tantas dificuldades para sair deste sistema que lhe tinham legado três séculos de formação colonial, e em função de que se organizara a sua vida, assistia agora a seu reforçamento: em lugar das restrições do regime de colônia, operava agora a liberdade comercial no sentido de resguardar e assegurar uma organização econômica disposta unicamente para produzir alguns poucos gêneros destinados à exportação.¹⁹⁷

Em que pese serem os tratados de 1810 ditos liberais e tendo em vista desenhar o melhor sistema liberal de comércio para ambos os países, Brasil e Inglaterra¹⁹⁸, a realidade não era exatamente assim. Como outros exemplos podem comprovar, o grau de defesa dos ingleses em relação ao livre comércio varia conforme os interesses do seu mercado – como, por exemplo, quando, após décadas reexportando artigos têxteis asiáticos, a Inglaterra proibiu a entrada destes em seu território e em suas colônias, para proteger e fazer crescer a sua própria indústria têxtil¹⁹⁹. O Tratado de Comércio e Navegação,

referindo-se embora com bonitas palavras ao novo 'systema liberal', constitui, na verdade, um instrumento criador de privilégio. Por outro lado, os ingleses não se preocuparam em abrir mercados aos produtos brasileiros, os quais competiam com os de suas dependências antilhanas. Aplicada unilateralmente, a ideologia liberal passou a criar sérias dificuldades à economia brasileira, exatamente na etapa em que a classe de grandes agricultores começava a governar o país.²⁰⁰

As medidas, para o governo, serviam bem a dois propósitos: o de atender às demandas inglesas, pela condição de submissão portuguesa, e o de agradar a classe dominante brasileira, sem a qual seria impossível a sustentação política da corte e do império, principalmente por estarem em terras brasileiras. Mas, com essa política, a corte desagradava as classes dominantes portuguesas e demais classes que permaneceram em Portugal, que se viram deixadas de lado, e os comerciantes

¹⁹⁶ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 128-129.

¹⁹⁷ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 134-135.

¹⁹⁸ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 510.

¹⁹⁹ FRANK, Andre Gunder. Acumulação dependente..., p. 102-103.

²⁰⁰ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 159.

brasileiros, que até então lucravam com base no monopólio comercial que detinham²⁰¹.

Se para Inglaterra os tratados tinham a contrapartida de passar a ter no Brasil os privilégios que já tinha em Portugal e uma política de tarifas preferenciais, para Portugal estes tratados eram a garantia de que a Inglaterra não reconheceria qualquer governo imposto por Napoleão em Portugal, caso isso ocorresse²⁰². Com esses acordos, principalmente o que diz respeito às tarifas privilegiadas concedidas às mercadorias inglesas, Portugal passou à condição de mero cobrador de impostos²⁰³. Esses tratados representam a renovação da submissão política, militar e econômica de Portugal à Inglaterra – são, dito de outra forma, uma renovação dos tratados anteriormente realizados, sobretudo do Tratado de Methuen. Em que pese ter, na teoria, caráter de reciprocidade, esta não havia na prática. Não recebiam os portugueses o mesmo tratamento na Inglaterra que recebiam os ingleses no Brasil, a favor dos quais pesava o estabelecido “juízo conservador”, como uma maneira de abrandar quaisquer questões que envolvesse os comerciantes ingleses²⁰⁴ e, da mesma maneira, não tinham as mercadorias brasileiras na Inglaterra o mesmo espaço que tinham as mercadorias inglesas no Brasil. À época do estabelecimento desse tratado, a Inglaterra estava em situação de superprodução, em função do seu rápido desenvolvimento industrial e do bloqueio continental que pesava contra o país. Assim,

Enquanto o Brasil era forçado por esses acordos comerciais a seguir uma política tarifária liberal, a Inglaterra manteve uma orientação em que predominava o protecionismo até a década de 1840, com barreiras tarifárias protegendo da concorrência estrangeira não só as colônias e o setor agrícola, como também alguns setores mais atrasados da indústria.²⁰⁵

Então a partir do tratado de 1810 a Inglaterra conseguiu um destino para exportar quase todos os seus produtos, enquanto, apesar da já citada suposta reciprocidade, os produtos brasileiros encontravam barreiras para entrar em terras

²⁰¹ ROCHA, Antonio Penalves. Economia política e política no período joanino. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. LAPA, Roberto do Amaral (Org.). Op. cit., p. 41.

²⁰² FURTADO, Celso. Op. cit., p. 88-89.

²⁰³ FAORO, Raymundo. Op. cit., v. 1, p. 253.

²⁰⁴ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 504.

²⁰⁵ BATISTA Jr., Paulo Nogueira. Política tarifária britânica e evolução das exportações brasileiras na primeira metade do século XIX. In: Revista Brasileira de Economia: Rio de Janeiro, 1980, n. 34, p. 204.

inglesas, uma vez que os produtos daqui eram os chamados tropicais, os mesmos que a Inglaterra poderia obter de suas colônias, como o açúcar e o tabaco que eram produzidos nas Antilhas, ou então de outras regiões, como os casos do couro e do algodão que ela recebia dos Estados Unidos²⁰⁶ – deve ser acrescentado, é claro, o fato de as manufaturas inglesas serem muito mais importantes para o Brasil do que certas matérias-primas brasileiras para ingleses, entre os quais às vezes nem mesmo podia encontrar um mercado consumidor estabelecido²⁰⁷, mas, por outro lado, algumas das manufaturas inglesas que foram importadas também não tinham aqui mercado consumidor. Consequentemente, importando mercadorias inglesas de todos os tipos, mas exportando bem menos, logo começou a pesar um déficit para o lado brasileiro²⁰⁸ – o que fez com que muitos produtores e comerciantes ingleses não recebessem pelas mercadorias que haviam enviado ao Brasil – e isso se fez sentir também nas flutuações cambiais, que caracterizavam uma das soluções buscadas pra resolver o problema dos déficits. D. João VI mandou que fossem recunhadas moedas em circulação e também que o Banco do Brasil emitisse papel moeda mesmo que não tivesse lastro²⁰⁹. O Banco do Brasil, aliás, havia sido criado justamente pensando em auxiliar o Tesouro e para que funcionasse como uma casa emissora e também como agência de apoio ao comércio português²¹⁰. Outra medida adotada, conforme abordaremos com mais detalhes na seção 6.2, e esta teve enorme repercussão para a economia brasileira durante décadas, foi a de tomar empréstimos da Inglaterra.

De acordo com Prado Jr. (2006), a “era colonial termina propriamente para o Brasil em 1808, embora a separação oficial date de quatorze anos depois”²¹¹, ou seja, ainda que a independência política tenha ocorrido de fato apenas em 1822, as atitudes tomadas pela corte logo após a sua transferência para o Brasil representam a independência brasileira no sentido administrativo. Mas logo em seguida o governo brasileiro teve a sua autonomia econômica seriamente comprometida em

²⁰⁶ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 552.

²⁰⁷ Ibid., p. 512.

²⁰⁸ Ibid., p. 505.

²⁰⁹ BOUÇAS, Valentim F. História da Dívida Externa. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Financeiras, 1950, p. 20.

²¹⁰ DÖIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., v. I, p. 58.

²¹¹ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 101.

função dos tratados de 1810 (cujos efeitos seriam sentidos mesmo após a Independência), por conta das vantagens concedidas à Inglaterra²¹².

Em 1808 a colônia foi emancipada, economicamente, da metrópole decadente; em 1810, ganhou uma rica madrastra. Se a emancipação de 1808 teria sido suficiente, ou se o reconhecimento legal da posição especial da Inglaterra era necessário, é uma questão difícil de responder. A superioridade econômica desfrutada pela Grã-Bretanha sobre os seus competidores mundiais a tornaria capaz de ganhar as competições, mas é duvidoso se os recursos econômicos desse país teriam sido atraídos para o Brasil, sem o reconhecimento legal de privilégios especiais e de segurança pessoal.²¹³

Houve no Brasil, nesse período, relevante desenvolvimento das atividades de siderurgia, tecelagem, ourivesaria e também foram estimuladas algumas culturas, como a do café, e, conseqüentemente, o país viveu certo surto no comércio interno (o que contou a contribuição da expansão do crédito e da circulação de moeda, devido à criação do Banco do Brasil)²¹⁴. Abertos os portos brasileiros ao mundo, o Brasil recebia

De Portugal e Ilhas nos chegavam vinho, azeite, farinha de trigo, biscoitos, sal, manteiga, vinagre, bacalhau; da Inglaterra, isto é, de Londres e de Liverpool, todos os objetos de fabricação inglesa, tais como tecidos de lã, chitas, linhos, porcelanas e louças de barro, ferro, chumbo, cobre, zinco em estado bruto e trabalhado; da França, artigos de luxo, jóias, móveis, velas de cêra, medicamentos, licores finos, pinturas e gravuras em cobre; da Holanda, cerveja, objetos de vidro, lãs, genebra e papel; da Áustria, relógios, pianos, espingardas, estojos de lã; da Alemanha vinham sobretudo objetos de ferro e latão e brinquedos de Nuremberg; da América do Norte, cereais, velas de espermacete, biscoitos, azeite de baleia, alcatrão, couros, tábuas, breu, potassa e móveis grosseiros; da África importávamos sobretudo escravos, vindo também de Moçambique ouro em pó, ébano, marfim, pimenta; de Angola e Benguela, cera, óleos de côco, de dendê e de amendoim, marfim, enxofre e goma-arábica; de Macau, musselinas e tecidos impressos, sêdas, porcelanas, chá, tinta da china, canela, pimenta e cânfora.²¹⁵

As atividades foram muito estimuladas pela própria corte, cujos interesses passaram a estar totalmente voltados para a colônia, e então foram construídas estradas, houve melhoria dos portos e estímulo à imigração de colonos europeus²¹⁶. Apesar de todo o estímulo às atividades e do conseqüente desenvolvimento

²¹² FURTADO, Celso. Op. cit., p. 157.

²¹³ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 93.

²¹⁴ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 178.

²¹⁵ Ibid, p. 137.

²¹⁶ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 131.

econômico pelo qual passou o país, os ganhos diretos foram quase todos para os comerciantes e produtores ingleses.

6 BRASIL IMPÉRIO

Enquanto, por um lado, “Portugal precisava do Brasil para reanimar seu comércio e suas manufaturas” ²¹⁷, o Brasil, por outro, declarado reino em 1815, o Reino do Brasil do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que não estava mais submetido ao pacto colonial, não precisava de Portugal. A partir de inúmeras divergências entre a elite portuguesa que havia permanecido em Portugal, inconformada com a inversão de papel entre metrópole e colônia (e com o fato de, na visão de alguns, Portugal ter se tornado, na prática, a colônia da colônia), e elite que havia vindo para o Brasil e da Revolução do Porto, provocada por um movimento liberal, D. João VI foi pressionado a voltar para Portugal²¹⁸ e em 1821 embarcou com mais 3.000 pessoas e os fundos do Banco do Brasil, foi D. Pedro proclamado príncipe-regente e em 1822 foi declarada a independência do Brasil de Portugal. De acordo com Dowbor (1982):

É essencial compreender que a independência do Brasil não resulta da luta travada pelas classes dirigentes brasileiras contra o sistema colonial, mas do afastamento de Portugal, economia demasiado fraca para gerir a sua colônia, em face da potência crescente da Inglaterra em plena industrialização. ²¹⁹

Em que pese não poder ser considerada uma conquista popular, havia no Brasil muitos movimentos de resistência às tendências centralizadoras da corte. Ainda assim, se comparado com o que ocorreu em outros países, o processo de independência no Brasil ocorreu de maneira relativamente rápida e pacífica²²⁰. Pelos diversos fatores históricos e políticos relacionados (influência da independência das colônias da América do Norte e, mais tarde, dos países até então colônias espanholas da América do Sul, da Revolução Francesa²²¹), esse processo foi mais complexo do que o que nos permitimos analisar aqui, uma vez que o que nos importa aqui são as consequências do ponto de vista da (in)dependência econômica

²¹⁷ FAORO, Raymundo. Op. cit., v. 1, p. 264.

²¹⁸ DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. Op. cit., p. 163.

²¹⁹ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 64-65.

²²⁰ MCFARLANE, Anthony. Independências americanas na era das revoluções; conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir (Org.). Op. cit., p. 388.

²²¹ Ibid., p. 388-389.

brasileira. A independência política pode ser relacionada, como a abertura dos portos, ao desenvolvimento do capitalismo industrial inglês, “incompatível com as estruturas fundamentais do sistema colonial, notadamente com a escravatura, o comércio exclusivo e a dominação política” ²²². Certamente não pode ser dito que apenas a pressão criada pelo desenvolvimento inglês levou à independência do Brasil de Portugal, mas é necessário reconhecer como uma convergência de interesses, entre os ingleses e o grupo dominante brasileiro, forçou Portugal, sem outra escolha, a conduzir suas políticas na mesma direção em que pretendiam os próprios ingleses.

6.1 INDEPENDÊNCIA E NOVOS TRATADOS

Uma comissão portuguesa elaborou um projeto através do qual pretendia que, na prática, voltasse a existir a relação metrópole-colônia entre Portugal e o Brasil – entre outros pontos, o projeto previa que Portugal voltasse à condição de entreposto dos produtos brasileiros para outros países europeus e que houvesse privilégio alfandegário às manufaturas portuguesas que entrassem no Brasil²²³. Como ilustra o trecho de Berbel (2006),

Nas cortes portuguesas de 1821 e 1822, a diversidade dos projetos para a unidade do império dividiu os deputados do Brasil e também os de Portugal. Conflitos e tentativas de acordos ocorreram entre representantes de províncias do mesmo reino e de reinos diferentes. Todos pretendiam a unificação de leis, mercados e padrões político-administrativos, ou seja, buscavam integrar pela via da unidade nacional aquele complexo que o sistema colonial havia soldado anteriormente e construir um Estado nacional na dimensão do império. ²²⁴

A baixa do comércio luso-brasileiro, tanto no sentido de diminuição da exportação de gêneros tropicais e de matérias-primas para que Portugal reexportasse (sendo às vezes para consumo português, mas sendo muito mais

²²² PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir (Org.). Op. cit., p. 61.

²²³ Ibid., p. 87-89.

²²⁴ BERBEL, Márcia Regina. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In: MALERBA, Jurandir (Org.). Op. cit., p. 183.

comum a reexportação) como no sentido de diminuição da importação de manufaturas portuguesas pelo Brasil, parecia apenas anunciar a independência brasileira.

Ainda em 1822, foi decretada o fim da tarifa diferencial de 16% para os produtos portugueses, que passaram a pagar a taxa de 24% – para aumentar a arrecadação do governo e também para “repelir” os portugueses²²⁵. Mas essa política não durou muito tempo, em questão de poucos anos o Brasil assinou tratados de comércio determinando a tarifa de 15% também para outras nações e, por fim, uma lei de 1828 estabeleceu essa tarifa como a que deveria ser praticada sobre todas as importações, independentemente da nação exportadora ou dos tratados antes realizados²²⁶ – agravando-se assim a situação que já não era muito confortável, tendo em vista que a taxa anterior, de 24%, já era inferior à imposta pela maioria dos países que praticavam protecionismo. Essa política liberal tarifária refletia bem os interesses da classe agrícola e dominante, os quais estavam aliados aos interesses externos, sobretudo ingleses²²⁷.

A exemplo dos tratados assinados com a Inglaterra e diante da necessidade de assegurar o reconhecimento internacional da independência, o Brasil diversos tratados comerciais, “com Portugal, em 1825; com a França, em 1826; com a Inglaterra, a Áustria, a Prússia e as cidades Hanseáticas, em 1827; com a Dinamarca, com os Estados Unidos e com os Países Baixos, em 1828”²²⁸, e isso acabou por, no início dessa nova fase, de Brasil imperial e independente, dificultar a vida financeira do governo por comprometer quaisquer possíveis políticas de arrecadação que pretendesse adotar para a obtenção de recursos. Se por um lado, o Brasil foi prejudicado por esses tratados, em termos de arrecadação e de agravamento da impossibilidade de industrialização – as experiências dos outros países já mostravam que medidas protecionistas, principalmente alfandegárias, eram necessárias para o processo de desenvolvimento industrial –, as mercadorias inglesas, por outro lado, pouco foram afetadas. Como a Inglaterra ainda tinha grande vantagem técnica sobre os outros países e, por isso, conseguia exportar produtos mais baratos, e como o mercado brasileiro já estava dominado por essas

²²⁵ BOUÇAS, Valentim F. Op. cit., p. 31.

²²⁶ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 134.

²²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. História da Burguesia Brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 43.

²²⁸ HEES, Felipe. Op. cit., p. 105.

mercadorias inglesas, o fato de os outros países poderem competir pelo mercado brasileiro com a mesma tarifa não chegou a afetar o comércio anglo-brasileiro. Foi mantido, portanto, aproximadamente o mesmo modelo de comércio que vigorava antes mesmo da independência: tendo os franceses o controle do comércio de artigos de luxo e de moda e os ingleses o controle quase total sobre o grande comércio e sobre as transações financeiras²²⁹. Renovada a posição de domínio econômico sobre o Brasil e sobre o seu mercado, mesmo tendo a tarifa de importação sido nivelada igualmente para todos os países, a Inglaterra conseguiu manter-se nessa posição por cerca de sessenta anos (de 1810 a 1870)²³⁰.

Além desse problema já exposto, outros vários dificultaram o início do Brasil começa como país independente. Estes outros problemas estavam principalmente ligados às dividas herdadas de Portugal, às dificuldades para ter assegurado o reconhecimento internacional da sua independência e aos novos tratados com a Inglaterra.

Quando D. Pedro procurou o reconhecimento da Inglaterra à independência brasileira, uma parte do preço cobrado pela Grã-Bretanha foi a ratificação, pelo novo Estado, das estipulações comerciais que foram negociadas pelo elemento português da corte no Rio, com a situação da Europa como o fator dominante. As relações comerciais entre Inglaterra e Portugal, de 1808 a 1821, constituíram o passo intermediário para a transferência da centenária influência da Inglaterra sobre a vida econômica portuguesa para o Estado independente do Brasil.²³¹

Dentre os países acima citados e com os quais o Brasil assinou diversos tratados, cabe destacar como se deu o processo com Portugal e Inglaterra.

Primeiro, Portugal pelo fato de a negociação ter envolvido a adoção pelo Brasil de parte da dívida pública formada pelos portugueses e a devolução a Portugal de bens considerados sequestrados e estabelecendo ainda uma indenização a ser paga a Portugal, que deveria receber também compensações pela perda das propriedades públicas no Brasil. Sobre as referências que são feitas ao fato de a corte ter esvaziado os cofres brasileiros antes de retornar a Portugal, Simonsen (2005) observa que além de ser injusto alegar que a corte, nessa operação, teria causado prejuízos ao Brasil, entre "o que trouxe e o que levou D.

²²⁹ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 136.

²³⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama..., p. 199.

²³¹ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 192.

João VI, o saldo, e considerável, foi a favor do Brasil”²³². Como Portugal não pôde levar tudo o que havia trazido, muitas coisas ficaram para trás Portugal, motivo pelo qual Portugal quis cobrar por uma longa lista de objetos que haviam sido deixados no Brasil, principalmente Rio de Janeiro (a Bibliotheca Real, prataria e móveis da casa real, navios e outros equipamentos de guerra, entre outros itens²³³). Como o que interessava de fato ao Brasil era ter logo a independência reconhecida, ainda que isso implicasse assumir uma dívida feita pelos portugueses, a proposta foi aceita e o débito assumido pelo tesouro do Rio foi de 2.000.000 de libras esterlinas, conforme os artigos da “Convenção adicional ao tratado” (complementar ao Tratado de Paz e Aliança²³⁴), sendo mais da metade paga através da adoção de dívida que a corte havia contraído em Lisboa e o restante pago diretamente a Portugal²³⁵. A vinda da corte para o Brasil havia na verdade provocado um afastamento comercial entre Portugal e o Brasil, com significativa diminuição nas transações comerciais entre os dois países²³⁶, então se percebia que nestes acordos estava o que poderia ser a última chance portuguesa de ter ganhos com a sua ex-colônia.

E, em segundo lugar, a Inglaterra merece destaque, pois para ter reconhecimento da Inglaterra da nova situação brasileira, de independência em relação a Portugal, o preço pago pelo Brasil foi alto. O Brasil só não teve a independência reconhecida pela própria Inglaterra antes, devido ao fato de a oferta inglesa feita em 1822, apenas dois meses após a declaração de independência, pôr

²³² SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 501.

²³³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Pagando caro e correndo atrás do prejuízo. In: MALERBA, Jurandir (Org.). Op. cit., p. 289.

²³⁴ CASTRO, Zília Osório de. A “Varanda da Europa” e o “Cais do Lado de Lá”. In: CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (Eds.). Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000. Lisboa: Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 24. Os artigos dessa “Convenção adicional ao tratado” eram: “Artigo I – Sua Majestade Imperial convém, à vista das reclamações apresentadas de Governo a Governo, em dar ao de Portugal a soma de dois milhões de libras esterlinas; ficando com esta soma extintas de ambas as partes todas e quaisquer outras reclamações, assim como todo o direito a indenizações desta natureza.

Artigo II – Para o pagamento desta quantia toma Sua Majestade Imperial sobre o Tesouro do Brasil o empréstimo que Portugal tem contraído em Londres no mês de Outubro de mil oitocentos e vinte e três, pagando o restante para perfazer os sobreditos dois milhões esterlinos, no prazo de um ano a quartéis, depois da ratificação e publicação da presente Convenção.

Artigo III – Ficam exceptuadas da regra estabelecida no Artigo I desta Convenção as reclamações recíprocas sobre transporte de tropas e despesas feitas com as mesmas tropas.

Para liquidação destas reclamações haverá uma Comissão mista, formada e regulada pela mesma maneira que se acha estabelecido no Artigo VIII do Tratado de que acima se faz menção.

Artigo IV – A presente Convenção será ratificada, e a mútua troca das ratificações se fará na cidade de Lisboa dentro do espaço de cinco meses, ou mais breve se for possível.”

²³⁵ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 176-178.

²³⁶ PEDREIRA, Jorge Miguel. Op. cit., p. 582-583.

como condição a abolição imediata do trabalho escravo – o que parecia ser à época impossível, uma vez que havia um pensamento comum de que esta era a única fonte de mão de obra de que o Brasil dispunha para as suas necessidades²³⁷ e os grandes agricultores, que formavam a então classe brasileira dominante, faziam enorme pressão pra que o trabalho escravo não fosse abolido, o que significa dizer que uma abolição imediata poria em risco a própria estabilidade do governo. A Inglaterra foi essencial na função de intermediadora junto a muitos países e foi, portanto, decisivo para que ocorresse de fato o reconhecimento internacional da independência brasileira. O intermédio inglês foi marcante inclusive no reconhecimento português – não à toa o acordo ter envolvido uma dívida que os ingleses tinham a receber de Portugal. Interessada em manter boas relações com Portugal, mas principalmente com o Brasil, essa intervenção inglesa ocorreu de maneira completamente diplomática. O principal interesse inglês consistia no fato de que a independência política brasileira, apesar de ter ocorrido em termos práticos em 1808, fosse oficial e internacionalmente reconhecida, para que a Inglaterra pudesse dar continuidade à aceleração nas transações com o Brasil – tendo em vista que o tratado de 1810 já estava para expirar em 1825, quando Portugal reconheceu a independência brasileira²³⁸.

Os tratados de 1827, para o qual “os três tratados complementares de 1642, 1654 e 1661 podem ser considerados como as bases”²³⁹, além de representarem a renovação dos privilégios dos tratados de 1810, com a mesma previsão de duração, inclusive, de 15 anos, apresentavam uma diferença fundamental: a Inglaterra exigiu a garantia de que o Brasil poria fim à utilização do trabalho escravo²⁴⁰, o que só ocorreria décadas mais tarde. Não apenas por interesse inglês, é importante notar, foram assinados tais tratados, às classes dominantes brasileiras interessava que o processo de independência não culminasse também em alterações na estrutura social e que a base econômica, cuja estrutura beneficiava a esses grupos

²³⁷ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 184.

²³⁸ CASTRO, Zília Osório de. A “Varanda da Europa” e o “Cais do Lado de Lá”. In: CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (Eds.). Op. cit., p. 28-29.

²³⁹ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 184.

²⁴⁰ Ibid., p. 165.

dominantes, notoriamente os ligados à produção agroexportadora, não fosse desarticulada²⁴¹. Afinal,

O Brasil do século XIX constitui um exemplo clássico da forma pela qual a herança colonial da agricultura de exportação baseada na exploração da mão-de-obra escrava modelou os padrões de transformação econômica e social no período pós-colonial, gerando uma estrutura neocolonial de predizíveis e inevitáveis consequências sociais.²⁴²

Manchester (1973) observa ainda como o tratado de 1827 colocava a Inglaterra em uma posição em relação ao Brasil semelhante à que o país havia ocupado em relação a Portugal após o tratado de Methuen:

Em ambos os casos, a Inglaterra ajudara a estabelecer a independência de uma nação revoltada; um proveitoso intercâmbio econômico, promovido por privilégios especiais, garantidos por tratados, estreitou a união entre os aliados; e os ingleses tornaram-se o fator principal na vida econômica da nação mais fraca.²⁴³

Os ingleses encontraram na classe dos senhores agrícolas um aliado dentro do processo de independência. Como não havia uma significativa classe comerciante brasileira, pois o comércio estava sob o comando direto de Portugal e indireto da Inglaterra, a única classe brasileira representativa e forte era a dos senhores agrícolas, os quais tinham conhecimento de que Portugal era um entreposto custoso e que caso não existisse, isso permitiria uma diminuição nos preços das importações²⁴⁴. Ou seja, “para os colonos brasileiros não era a orientação colonial em si que constituía uma fonte de conflito, mas o fato de a posição lucrativa de intermediário ser ocupada pelos aristocratas de Lisboa e não por eles mesmos”²⁴⁵. Devemos observar ainda que o que ocorreu principalmente durante o século XVIII e se acentuou durante a primeira metade do século XIX foi o fato de a lavoura ser quase totalmente nacionalizada, isto é, sob o comando de brasileiros, mas ocorrendo o contrário com o comércio. Estando primeiro nas mãos

²⁴¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes – Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 69.

²⁴² STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. *A Herança Colonial da América Latina: Ensaio de Dependência Econômica*. 4. ed. Tradução: José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, p. 114.

²⁴³ MANCHESTER, Alan K. *Op. cit.*, p. 184.

²⁴⁴ FURTADO, Celso. *Op. cit.*, p. 158.

²⁴⁵ DOWBOR, Ladislau. *Op. cit.*, p. 68.

dos portugueses e depois passando a ser de domínio inglês, o comércio, por ser de controle majoritariamente estrangeiro e por fornecer ferramentas e mesmo as roupas que os senhores agrícolas consumiam, colocava a classe agrícola em certa condição de dependência²⁴⁶. Dependência essa, entretanto, que se dava por opção dos produtores agrícolas, os quais, após a independência, “mantiveram o controle do sistema produtivo interno e reorganizaram suas vinculações no mercado internacional orientando-as na direção do centro hegemônico então imperante no mundo capitalista: a Inglaterra” ²⁴⁷, evidenciando-se, dessa maneira, o que afirma Cardoso (1978):

Na “dependência nacional” haverá sempre uma base interna da dominação externa, não só como resultado de uma superioridade, por assim dizer técnico-econômica das economias centrais, mas como resultado de um processo político-social de formação de alianças e de legitimações que passam a criar solidariedades – em torno evidentemente de núcleos de interesses econômicos comuns – entre grupos e classes sociais situados no âmbito das sociedades dependentes e os que se situam nas nações hegemônicas.²⁴⁸

6.2 IMPORTAÇÃO DE CAPITAIS INGLESES

As estatísticas disponíveis apontam que só a partir de 1860 a situação começa a melhorar e que nos períodos anteriores apenas em raros anos o Brasil não teve déficit na balança comercial. Em função da maneira como as manufaturas inglesas entravam no país, com privilégios, conforme previsto pelo tratado de 1810, renovado em 1827, e de não terem as mercadorias brasileiras as mesmas condições de entrada no mercado inglês – esse tratamento dado pelos ingleses aos produtos brasileiros constitui um dos principais motivos para a hostilidade de alguns brasileiros, especialmente da classe dos grandes produtores agrícolas, em relação à Inglaterra ²⁴⁹ –, o Brasil não exportava o suficiente para poder pagar pelas suas importações. A própria economia brasileira era orientada nesse sentido, uma vez

²⁴⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 197.

²⁴⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., p. 60.

²⁴⁸ Ibid., p. 67.

²⁴⁹ BATISTA Jr., Paulo Nogueira. Op. cit., p. 206.

que o governo tinha a partir dos impostos sobre a importação a sua principal (e quase única) fonte de arrecadação, as suas políticas eram voltadas para o incentivo deste tipo de transação e não para a produção interna, transformando-se o Brasil, após a independência, em uma “economia receptora, antes de se transformar em exportadora”²⁵⁰. Outro fator que contribuía para essa pressão sobre a balança de pagamentos era o aumento da procura por produtos importados como consequência da diminuição dos seus preços, o que foi causado pela eliminação de Portugal como entreposto e pelas diversas firmas inglesas que foram aqui instaladas e diminuíram significativamente as dificuldades relacionadas ao transporte e à comercialização dos artigos importados²⁵¹. Cabe observarmos, por exemplo, que “aos preços de 1840, teria a importação total representado o equivalente a uns 50 anos de exportações”²⁵². D. Pedro I, a exemplo do que já havia feito D. João VI anos antes, tentou resolver a questão do déficit através de medidas internas, mas estas surtiram pouco efeito. As possibilidades de arrecadação de recursos nos mercados de capitais eram ínfimas, considerando que para tal o país dificilmente conseguiria “apresentar projetos com perspectivas muito atrativas ou oferecer garantias de juros subscritas por quem tivesse o necessário crédito”²⁵³. Então o país acabou recorrendo a empréstimos públicos externos como solução imediata para os déficits, mas isso “ia agravando o mal para o futuro, pois significava novos pagamentos sob forma de juros, dividendos, amortizações, e portanto novos fatores de desequilíbrio da balança externa de contas”²⁵⁴, o que fez o país se tornar dependente destes empréstimos, ou seja, dependente financeiramente da Inglaterra. Conforme Bouças (1950), “realizávamos nossa independência política e logo inaugurámos nossa dependência às finanças estrangeiras”²⁵⁵.

O valor do primeiro empréstimo feito foi realizado entre 1824 e 1825, no valor total de 3.686.200 de libras esterlinas²⁵⁶ e tinha como objetivo não apenas as questões da balança comercial brasileira, mas também a dívida assumida com Portugal.

²⁵⁰ GRANZIERA, Rui Guilherme. Riqueza e tradição na Independência. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. LAPA, Roberto do Amaral (Org.). Op. cit., p. 57.

²⁵¹ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 163.

²⁵² LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. Op. cit., p. 65.

²⁵³ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 177.

²⁵⁴ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 133.

²⁵⁵ BOUÇAS, Valentim F. Op. cit., p. 39.

²⁵⁶ Ibid., p. 44.

Pagamos pela independência, na verdade, e, com esse ato inaugural e sintomático, teve início a longa sequência de empréstimos, particularmente em libras, que tornaram a finança europeia sócia do nosso desenvolvimento, dele aproveitando majoritariamente os lucros.²⁵⁷

Foi dessa maneira que o Brasil se viu com, não bastasse o déficit da balança, a dívida contraída do primeiro empréstimo, a dívida portuguesa que havia sido “adotada” e os valores referentes a juros e amortizações dessas duas dívidas. Outro problema que agravava as circunstâncias dos diversos empréstimos realizados era o fato de os valores emprestados serem apenas nominais. Por exemplo, esse primeiro empréstimo, chamado por alguns autores de “empréstimo da independência”, foi de tipo 81, o que significa que para cada 100 libras do valor nominal do empréstimo, apenas 81 seriam repassadas ao Brasil (e ainda assim, por conta de comissões e outras taxas, o Brasil não chegava nem mesmo a receber o equivalente a 81%, mas, de qualquer maneira, devia o equivalente a 100%). E apenas esse empréstimo custou ao país, em juros, o equivalente a quatro vezes o total do valor recebido. E se somadas as comissões, o empréstimo da independência custou aos cofres brasileiros cinco vezes o valor recebido²⁵⁸. Houve empréstimo depois que, por imposição da casa bancária londrina Rotschild, foi feito ao tipo 52²⁵⁹.

Outros países latino-americanos já haviam recorrido aos empréstimos ingleses e alguns deles haviam declarado que não teriam condições de pagar as suas dívidas. Com esse grande fluxo de capitais ingleses para estes países e grande fluxo de títulos de dívida destes países para a Inglaterra, logo se configurou o que pode ser considerada a primeira crise industrial inglesa.

A crise inglesa, somada à inadimplência de boa parcela dos novos países latino-americanos, gera a desconfiança no mercado de títulos públicos

²⁵⁷ SODRÉ, Nelson Werneck; SODRÉ, Olga (Org.). Op. cit., p. 98-99: “Os investimentos foram acompanhados pelos empréstimos. Para início do sistema de empréstimos para pagar empréstimos, mazela que sobrecarregou os brasileiros por todo o século XIX e teve sequência no século XX, sob a República, começamos a vida autônoma, de forma significativa, para não dizer característica, com o chamado empréstimo português, porque tomado pela metrópole e herdado pelo Brasil, quanto ao ônus do pagamento, segundo as negociações ligadas ao reconhecimento da independência.”

²⁵⁸ BARROSO, Gustavo. Brasil – Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934). 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1936, p. 29.

²⁵⁹ Ibid., p. 34.

inglês, além de aumentar a ganância e o oportunismo especulativo das casas bancárias de Londres.²⁶⁰

Neste contexto, portanto, que o Brasil precisava de mais um empréstimo e a dificuldade que isso acarretava é que as possibilidades de empréstimos eram ainda menores e em condições ainda piores (em termos de juros e amortizações). Realizando em 1829 um empréstimo de 769.200 libras esterlinas, essa quantia mal pôde cobrir os juros dos empréstimos anteriores (o realizado pelo Brasil e o realizado por Portugal, mas que o Brasil havia assumido) e assim o Primeiro Reinado (1822 – 1831) é encerrado com uma dívida externa superior a 5.000.000 de libras²⁶¹ – havendo ainda outra enorme quantia referente à dívida interna. O período que foi marcado pela asseguuração da independência política, contou também com os recursos que seriam utilizados inúmeras vezes nas décadas seguintes: promover a emissão de papel moeda e recorrer a empréstimos externos²⁶². Quanto às emissões, durante a década de 1820, por exemplo, a quantidade de papel moeda emitida fez com que o meio circulante na economia brasileira mais que duplicasse²⁶³. A partir dos primeiros empréstimos, com juros e amortizações pesando nas finanças públicas brasileiras, logo o Estado se viu em uma dependência econômica e financeira ainda maior em relação à Inglaterra²⁶⁴.

De acordo com Bouças (1950), o Segundo Reinado inicia-se em meio a uma crise política, econômica e financeira, sendo a primeira a única de ordem quase totalmente interna²⁶⁵ e resultante de diversos conflitos internos de antes mesmo da Independência – grande parte desses problemas internos teve início a partir de problemas econômicos, como a queda dos preços do açúcar e do algodão, o que afetou principalmente Bahia, Pernambuco e Maranhão, o declínio da economia do ouro, que afetou a região mineira e também a região sul, que tinha na mineira o principal mercado consumidor para o gado produzido²⁶⁶. É evidente que as limitações que tinham a economia nacional e, conseqüentemente, seus habitantes, em função dos privilégios que tinham os ingleses, diminuía consideravelmente a autonomia do governo, especialmente no campo econômico e geravam insatisfações

²⁶⁰ DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., v. I, p. 89.

²⁶¹ BOUÇAS, Valentim F. Op. cit., p. 62.

²⁶² DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., v. I, p. 96.

²⁶³ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 161.

²⁶⁴ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 194.

²⁶⁵ BOUÇAS, Valentim F. Op. cit., p. 65.

²⁶⁶ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 160.

e conflitos em vários pontos do país²⁶⁷. Esses problemas econômicos levaram a diversos levantes armados (Abrilada e Setembrada de Recife, em 1832, Cabanada em Pernambuco, entre 1832 e 1835, Cabanagem do Pará, em 1835, Revolta Farroupilha no Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, Sabinada da Bahia, em 1837, Balaiada do Maranhão, em 1838²⁶⁸), sendo que alguns desses movimentos contaram com grande apoio popular. Outro fator que contribuía para a revolta de parte da população de algumas províncias e também dificultava a arrecadação do governo, era que, para muitos, o fato de ter ocorrido a independência política, mas com a continuidade dinástica, fazia parecer que a metrópole havia se transferido para o Rio de Janeiro, apenas isso, fazendo com que muitos mostrassem resistência ao envio dos recursos, a maioria proveniente das tarifas de exportação²⁶⁹.

O terceiro empréstimo foi de 411.200 libras, em 1839²⁷⁰. Os empréstimos seguintes foram: 732.600 libras esterlinas, em 1843; 1.040.600, em 1852; 1.526.500, em 1858; 508.000, em 1859; 1.373.000, em 1860; 3.855.300, em 1863; 6.963.600, em 1865; 3.459.500, em 1871; 5.301.200, em 1875; 4.599.600, em 1883; 6.431.000, em 1886; 6.297.300, em 1888; 19.837.000, em 1889²⁷¹. Sobre os 13 empréstimos realizados entre 1843 e 1889, Lima (1970) os separa da seguinte maneira:

dois foram para atender nossos compromissos de correntes das dívidas portuguesas, cuja responsabilidade foi por nós assumida, em decorrência do reconhecimento de nossa Independência por Portugal; sete destinaram-se a atender às nossas dificuldades financeiras, gastos com a Guerra do Paraguai, resgate da dívida flutuante, cobertura de déficits orçamentários e amparo à lavoura, em consequência da extinção da escravidão; um para liquidar empréstimos anteriores (!) e três a fim de cobrir despesas com estradas de ferro, geralmente estrangeiras.²⁷²

Londres já era o centro financeiro mundial, tanto que os pagamentos das vendas feitas à América Latina por franceses, alemães e estadunidenses passavam pela capital inglesa²⁷³. A maioria dos empréstimos foi feita da casa bancária Rotschild, então, apesar de alguns empréstimos realizados de outros banqueiros, os

²⁶⁷ Ibid., p. 90.

²⁶⁸ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 218.

²⁶⁹ COSTA, Wilma Peres. A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808 – 1850). In: SZMRECSÁNYI, Tamás. LAPA, Roberto do Amaral (Org.). Op. cit., p. 156.

²⁷⁰ BOUÇAS, Valentim F. Op. cit., p. 73.

²⁷¹ Ibid., p. 138-139.

²⁷² LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 253.

²⁷³ STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. Op. cit., p. 119.

Rotschild tiveram um quase monopólio sobre as dívidas brasileiras²⁷⁴. E ainda foram feitos outros empréstimos após a proclamação da república, em 1889, e durante as primeiras décadas do século XX, reforçando ainda mais a condição brasileira de dependência financeira em relação aos ingleses.

Enquanto, no período de 1891 a 1900, eles totalizaram 22 milhões de libras esterlinas, no de 1901 a 1910 chegaram a 98, e no período de 1911 a 1930, atingiram 203 milhões. A dívida externa, entre 1900 e 1930, cresceu de 46 para 267 milhões de libras, ao mesmo tempo em que os investimentos estrangeiros controlavam 23% do capital que funcionava no país.²⁷⁵

Como não nos interessa aqui entrar nos mínimos detalhes de cada empréstimo, mas sim analisá-los de modo geral e buscar entender as condições em que foram realizados e suas consequências para a economia brasileira, é necessário observar que ao longo do tempo mudaram substancialmente os objetivos que o governo tinha ao realizar os empréstimos e, conseqüentemente, o destino que o dinheiro de cada empréstimo recebeu.

Apesar dos diversos cortes nas despesas militares e da constante e crescente emissão de papel moeda, logo se formou um “vicioso círculo de operações, cujas consequências desastrosas já começavam a manifestar-se na economia nacional”²⁷⁶. O país encontrava sérias dificuldades para honrar os pagamentos e até 1851 apenas os juros haviam sido pagos regularmente²⁷⁷ e já estava há duas décadas sem pagar os valores referentes às amortizações da sua dívida externa²⁷⁸. Nesta mesma década, o círculo vicioso era reforçado pelo fato de este serviço das dívidas já absorver quase 40% do total da receita, o que fazia com que cada novo empréstimo tivesse um efeito não mais que momentâneo²⁷⁹. Apesar disso, esse período, em torno de meados do século XIX, representava justamente um período de relativa melhora para a economia brasileira e, conseqüentemente, a partir da década de 1850, ao mesmo tempo em que parecia mais provável que o país conseguisse pagar a já volumosa dívida externa, isso também inspirava confiança aos banqueiros ingleses e que, portanto, facilitavam as condições para a

²⁷⁴ BARROSO, Gustavo. Op. cit., p. 60.

²⁷⁵ SODRÉ, Nelson Werneck; SODRÉ, Olga (Org.). Op. cit., p. 71-72.

²⁷⁶ BOUÇAS, Valentim F. Op. cit., p. 80.

²⁷⁷ Id.

²⁷⁸ Ibid., p. 83.

²⁷⁹ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 139.

realização de novos empréstimos²⁸⁰. Se os empréstimos antes eram para saldar as dívidas de empréstimos anteriores, a partir deste momento eles adquirem outro caráter, o de construir a infraestrutura brasileira e, por isso, novos e maciços empréstimos foram feitos mesmo sem o Brasil ter saldado ainda o empréstimo realizado em 1825.

Resolvidos os diversos conflitos internos, o Brasil teve a oportunidade de melhorar consideravelmente a sua economia, de maneira que “as rendas cresceram; as finanças melhoraram; e o país realizou grandes e rápidos progressos”²⁸¹. A partir dessa mudança, da prosperidade da economia do café e da política tarifária, o país passou a ter melhores resultados na balança comercial. Sobre a economia cafeeira, por ser crescimento que a economia brasileira viveu nesse período baseado no café, isso possibilitava uma relativa “folga cambial” e contribuía para o pagamento do serviço da dívida externa, o que ajudava a manter a credibilidade do tesouro brasileiro²⁸². Ao êxito e à expansão da atividade cafeeira, que conduziu ainda ao surto de expansão horizontal, pode ser atribuída parte do atraso imposto ao desenvolvimento industrial brasileiro e ao aumento das desigualdades regionais por, como em outros ciclos, produzir uma riqueza que não se esparramava para todas as classes²⁸³. Enquanto as regiões norte e nordeste viviam gradual decadência, a região cafeeira desloca o centro dinâmico da economia brasileira para o Centro-Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, concentrando-se mais tarde principalmente em São Paulo²⁸⁴. Na medida em que o café contribuiu para a inserção do Brasil na economia mundial, esta ocorreu colocando o país na condição de exportador de matérias-primas e importador de artigos manufaturados, reforçando a característica de país periférico dentro desta economia²⁸⁵. Já consolidado o café como principal produto brasileiro exportado, ampliam-se as relações comerciais e econômicas com os Estados Unidos, que ainda na primeira metade do século XIX passaram a ser o principal importador de mercadorias brasileiras²⁸⁶. O que pouco afetou a posição hegemônica inglesa no Brasil (essa posição foi afetada mais tarde e em função do desenvolvimento dos Estados Unidos e não de uma mera deterioração da relação

²⁸⁰ BOUÇAS, Valentim F. Op. cit., p. 87.

²⁸¹ Ibid., p. 84.

²⁸² DÖIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., v. I, p. 101.

²⁸³ LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. Op. cit., p. 94.

²⁸⁴ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 79.

²⁸⁵ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 253.

²⁸⁶ FURTADO, Celso. Formação Econômica da América Latina..., p. 90.

anglo-brasileira), pois apesar de não comprar muito os produtos brasileiros, grande parte das exportações brasileiras era embarcada através da frota mercante inglesa²⁸⁷ e os ingleses tiveram ainda por décadas o domínio financeiro sobre o Brasil, em função do serviço da dívida. Além disso

Para extrair estas matérias-primas da América Latina e para introduzir ali seus equipamentos e mercadorias, a metrópole estimulou a construção de portos, ou ferrovias, e teve que fazer a manutenção de todo este sistema de serviços públicos. A rede ferroviária ou a de eletricidade, longe de ser uma rede, era radial e ligava o interior de cada país e algumas vezes de vários países com o porto de entrada e saída, o qual por sua vez estava ligado à metrópole.²⁸⁸

No que diz respeito à questão da política tarifária, cabe ser destacada a Tarifa Alves Branco, de 1844, que pode ser considerada como o “primeiro ensaio de protecionismo que o Brasil conhece”²⁸⁹ que muitas indústrias se tornaram possíveis – é a partir desta, inclusive, que o Barão de Mauá começou as suas atividades industriais. O estabelecimento dessa lei se dá no mesmo ano em que deixaram de valer, na prática, os tratados de 1827 realizados com a Inglaterra, e ainda em um contexto de pressão inglesa para que o Brasil não impusesse barreiras ao desenvolvimento do livre comércio. A tarifa média foi estabelecida em 30%, em lugar da tarifa de 15% que havia sido primeiramente estipulada para as importações inglesas e depois passaram a valer para toda e qualquer importação, e contribuiu para que houvesse relativa diminuição do déficit financeiro brasileiro²⁹⁰. Esse valor, entretanto, era muito baixo se comparado com as tarifas protecionistas de outros países. Basta considerarmos que em 1827, por exemplo, quando o tratado comercial renovou a tarifa de 15% ad valorem sobre as exportações de mercadorias inglesas para o Brasil, o açúcar brasileiro sofria uma taxa de aproximadamente 180% ad valorem para entrar na Inglaterra e essa tarifa manteve-se em média acima dos 300% para o caso do café²⁹¹. De qualquer maneira, a tarifa buscava, além do aumento da arrecadação, incentivar o desenvolvimento da indústria nacional²⁹² – a instabilidade cambial, entretanto, no decorrer do século XIX, parece ter

²⁸⁷ DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., v. I, p. 151-152.

²⁸⁸ FRANK, Andre Gunder. Op. cit., p. 205.

²⁸⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 199.

²⁹⁰ DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., p. 158.

²⁹¹ BATISTA Jr., Paulo Nogueira. Op. cit., p. 205-206.

²⁹² SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 199-200.

desempenhado o papel de proteger a indústria nacional melhor do que a política alfandegária²⁹³. Alves Branco considerava que a tarifa era de caráter protecionista, mas não proibicionista e que, portanto, o país poderia atrair capitais estrangeiros para que fossem produzidos aqui os artigos prejudicados pela nova barreira alfandegária²⁹⁴. Mais tarde, a Tarifa Ferraz, de 1860, ao reduzir as taxas sobre a importação de máquinas e ferramentas, prejudicou consideravelmente as indústrias que haviam se instalado principalmente após a Tarifa Alves Branco, e está ligada a circunstâncias externas e a características próprias da classe dominante brasileira, à qual parecia ser mais favorável que o país se mantivesse especializado em atividades primárias²⁹⁵.

Durante a década de 1860 os gastos do governo aumentaram, principalmente por conta da Guerra do Paraguai e novos empréstimos foram necessários, situação que é completamente mudada durante as décadas de 1870 e 80, quando as despesas ainda continuaram a exceder as receitas e mais alguns empréstimos foram feitos, mas as despesas realizadas eram de caráter reprodutivo, “tais como a construção de estradas de ferro do Estado e favores concedidos a empresas particulares de viação férrea”²⁹⁶. Nas ferrovias construídas no estado de São Paulo, a predominância era do capital nacional, enquanto as do norte e do sul foram construídas principalmente com capital estrangeiro. As explicações são: para o caso de São Paulo, o capital inglês já tinha o domínio da ferrovia que ligava Jundiaí a Santos e, portanto, podia controlar toda a produção de café do interior paulista; e para as demais regiões, como os empresários locais não tinham condições de investir em ferrovias, não havia alternativas ao capital inglês que, por sua vez, recebeu privilégios e isenções do governo para que construíssem ferrovias nas regiões citadas²⁹⁷. É preciso notar, porém, que mesmo não havendo capital inglês diretamente ligado à construção de boa parte das ferrovias paulistas, algumas das companhias criadas acabaram fazendo empréstimos de agentes ingleses²⁹⁸.

²⁹³ FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 109.

²⁹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 200.

²⁹⁵ LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. Op. cit., p. 93.

²⁹⁶ BOUÇAS, Valentim F. Op. cit., p. 113.

²⁹⁷ CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil – 1860 – 1913. 206 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Planejamento Econômico, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1976, p. 37-38.

²⁹⁸ CASTRO, Ana Célia. Op. cit., p. 49: “[...] a importância do capital estrangeiro na construção de ferrovias paulistas foi menor do que no resto do país. De fato, em 1866, funcionavam na Província

Além da São Paulo Railway, que ligava Jundiaí a Santos, cuja construção foi iniciada na década de 1860, surgiram a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1868, a Companhia Ituana e a Companhia Sorocabana, em 1870, a Companhia Mogiana, em 1872, e, nesse mesmo ano, foi iniciada a ligação ferroviária entre São Paulo e o Rio de Janeiro²⁹⁹. O interesse dos ingleses em investir na construção de ferrovias no Brasil (bem como em outros países latino-americanos), é importante observar, tinha como um de seus fundamentos o reconhecimento entre os comerciantes ingleses que, já na década de 1840, a demanda havia atingido o que parecia ser o seu limite³⁰⁰, fazendo-se necessárias mudanças que pudesse promover o aumento dessa demanda. Os empréstimos externos estiveram intimamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, de maneira que

O pré-imperialismo apresentou aqui o quadro definido pelos investimentos e pelos empréstimos, somando efeitos à troca desigual. Esta foi a forma mais antiga. Os investimentos acompanharam o nosso desenvolvimento capitalista, aplicados em transportes ferroviário e marítimo, como em transporte urbano, e nos serviços: gás, luz, telégrafo, depois telefone, cabo submarino, quase sempre em contratos leoninos.³⁰¹

E assim foi reforçada a economia cafeeira, pois da mesma maneira que o crescimento da importância do café fazia crescer o número de ferrovias, o inverso também mostrou ser válido, já que conforme se expandiam as ferrovias, aumentava a área utilizada para plantações de café. E à medida que se expandia a economia cafeeira, a partir das melhorias infraestruturais e do aumento dos preços do café, na segunda metade do século XIX, ocorreu o que quase não havia ocorrido com o algodão ou com o açúcar, por exemplo: começou a aumentar a acumulação de capital realizada no interior e isso resultou em sérios estímulos à formação de um mercado interno (com espaço para o consumo, entre outros produtos, do próprio café)³⁰².

Justamente pela forma que assumiram as despesas do governo é que é possível se compreender que em raros anos houvesse saldo, em função de o país

de São Paulo, 8 companhias ferroviárias, das quais somente uma fora construída pelos ingleses mas apenas 2 dentre elas não contraíram empréstimos em Londres. A extensão total dos trilhos somava 1.964 km, 141m em 1886, dos quais 139 diretamente construídos pelo capital forâneo e 313 km apenas, sem nenhum empréstimo em Londres.”.

²⁹⁹ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 231.

³⁰⁰ STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. Op. cit., p. 119.

³⁰¹ SODRÉ, Nelson Werneck; SODRÉ, Olga (Org.). Op. cit., p. 69.

³⁰² Ibid., p. 97.

ainda estar se organizando e se estruturando³⁰³. Analisando de 1826, quando foi constituída a primeira assembleia legislativa brasileira e que, portanto, dá início à nossa história orçamentária, até 1889, Bouças (1950) conclui que raros foram os anos que não foram encerrados com déficit e que

em trinta e oito exercícios financeiros, pelo menos, tivemos no Império o recurso ao empréstimo ou à emissão, quando não a um e a outra simultaneamente, como meio de sanar dificuldades financeiras e suprir déficits orçamentários. Nos demais exercícios, recorreu-se ao corte das despesas e à criação ou agravamento dos impostos, além de outros expedientes.³⁰⁴

Um ponto importante a ser ressaltado é que mesmo quando mudou o caráter dos empréstimos brasileiros, devendo ser destinados a gastos reprodutivos e não apenas a juros e dívidas anteriores, a Inglaterra era mais uma vez a beneficiada. Como aproximadamente em meados do século XIX a Inglaterra deixou de exportar essencialmente produtos têxteis para exportar cada vez mais bens de capital e matérias-primas (de ferro, aço e carvão a material ferroviário, máquinas e navios)³⁰⁵ e passou a ser a principal fornecedora mundial destes materiais, como já era também de capitais e crédito, o Brasil, que demandou consideravelmente tanto capital quanto bens de capital, como muitos outros países, acabou contribuindo “intensamente para a prosperidade mercantil e industrial inglesa”³⁰⁶. Lima (1970) observa que as estradas de ferro que foram construídas

eram quase todas incorporadas na Inglaterra, adquirindo-se lá também todo o material necessário para suas construções. Todo o pessoal técnico era também inglês, e em consequência disso as construções eram prolongadas ao máximo possível, de onde resultaram seus traçados cheios de sinuosidades, para maior gasto de material e duração de tempo, decorrendo disso males que ainda atualmente perduram.³⁰⁷

Longe de se limitar à questão dos empréstimos, o capital inglês entrava no Brasil de outras maneiras, como abertura de empresas, bancos e companhias de seguro, além de investimentos em transporte urbano, companhias de gás, etc.³⁰⁸. A Inglaterra assegurava um controle cada vez maior sobre a produção agrária

³⁰³ BOUÇAS, Valentim F. Op. cit., p. 127.

³⁰⁴ Ibid., p. 124.

³⁰⁵ DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., v. I, p. 130.

³⁰⁶ Ibid., v. I, p. 126.

³⁰⁷ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 253.

³⁰⁸ CASTRO, Ana Célia. Op. cit., p. 27.

brasileira, pois a controlava financeiramente e também a sua comercialização e o seu transporte³⁰⁹. Se, como já assinalamos, mudou o caráter dos empréstimos externos realizados pelo Brasil, mudou também a forma de entrada do capital inglês: se na primeira metade do século XIX essa entrada ocorria quase exclusivamente através de empréstimos, na segunda metade o capital inglês passou a entrar no Brasil em forma de investimentos diretos. O que significou uma mudança também no sentido inverso do fluxo de capital: se antes os capitais remetidos para o exterior eram apenas referentes ao serviço da dívida externa, passam a ser também na forma de remessa de lucros³¹⁰. O capital inglês foi, em suma, essencial para financiar a produção e todas as transformações infraestruturais que conduziram à passagem da “economia escravista-cafeeira exportadora” para a fase capitalista da economia cafeeira, quando ocorreu o emprego produção utilizando mão de obra assalariada³¹¹. Em geral considera-se que o capital inglês mantém hegemonia mundial e no mercado brasileiro até 1870, quando os Estados Unidos e a Alemanha passam a liderar a produção mundial de insumos básicos para a industrialização³¹², mas para o caso específico do Brasil, a dívida externa ainda prendia o país ao capital inglês mesmo após 1870 e assim foi por mais algumas décadas, período da República adentro.

6.3 INDEPENDÊNCIA POLÍTICA X DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Para compreendermos que a independência política não confere imediatamente novo caráter à economia brasileira, pois esta mantém as suas características pré-capitalistas mesmo dentro do contexto de maior inserção no mercado capitalista internacional, podemos analisar o seguinte trecho de Mello (1991):

³⁰⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., p. 61.

³¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. História..., p. 106.

³¹¹ DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., v. I, p. 155.

³¹² Ibid., v. I, p. 123.

A economia colonial define-se, portanto, como altamente especializada e complementar à economia metropolitana. Esta complementaridade se traduz num determinado padrão de comércio: exportam-se produtos coloniais e se importam produtos manufaturados e, no caso de economias fundadas na escravidão negra, escravos. Por outro lado, a articulação economia metropolitana-economia colonial a isto não se resume, porque este padrão de comércio se efetiva através do monopólio de comércio exercido pela burguesia comercial metropolitana, do exclusivo metropolitano, como então era chamado.³¹³

Exceto pelo fato de não ter mais o pacto colonial – mas passando logo em seguida a uma situação de quase monopólio por parte da Inglaterra – a inserção brasileira em relação ao mercado internacional não muda consideravelmente em 1822. Muda apenas, aliás, na medida em que a independência política representou, na prática, “uma integração mais aprofundada no mercado capitalista mundial e uma especialização maior na divisão capitalista internacional do trabalho”³¹⁴.

O sistema colonial criava tamanho entrave à economia brasileira que não lhe permitia a criação de circuitos internos que levassem à acumulação de capital – a qual ocorria apenas para a elite e, portanto, para reprodução das características da economia colonial, mas sem ter essa acumulação fins reprodutivos. Retirado esse bloqueio, com o fim do pacto colonial, entretanto, o país se vê em uma situação de dependência econômica e financeira em relação à Inglaterra que lhe travava o desenvolvimento. O Brasil logo foi aberto ao mundo, o que está diretamente ligado à pouca liberdade de ação que tinha D. João VI e ao fato de que era complicado pensar em implantar um sistema protecionista em um país que não tinha, à época, uma base industrial que devesse ser protegida³¹⁵. Assim, a vinda da corte para o Brasil teve mais efeito nos campos social e político, no que diz respeito a progresso, e até mesmo comercial, mas pouco representou para o nosso progresso econômico ou mesmo tecnológico³¹⁶. Assim, a crise do antigo sistema colonial não levou à substituição e muito menos à destruição das estruturas econômicas e sociais coloniais³¹⁷. Apesar da mudança na condição política, tornando-se independente de Portugal, o Brasil continuou severamente dependente do mercado mundial³¹⁸ e dentro dessa característica de economia de modelo dependente, o papel mais

³¹³ MELLO, João Manuel Cardoso de. Op. cit., p. 37.

³¹⁴ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 102.

³¹⁵ LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. Op. cit., p. 86.

³¹⁶ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 178.

³¹⁷ FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 49.

³¹⁸ DESHAYES, Jean-Luc; WEIBEL, Pierre. Op. cit., p. 16.

importante cabia ao setor externo³¹⁹. Assim, no triângulo de comércio do Atlântico, que se dava nas direções Europa-América-África, nesse caso Inglaterra-Brasil-África, ganhavam os ingleses em todos os vértices³²⁰.

Importava, sim, aproveitar as potencialidades de um e do outro lado do Atlântico e conjugá-las numa unidade de interesses. Este projecto não desagradava à Inglaterra. Permitia-lhe manter a sua área de influência, mediante tratados e convenções pontualmente estabelecidos e conter o expansionismo francês, objectivos máximos da sua política [...]. Compreende-se, assim, que tenha participado activamente no desenrolar dos acontecimentos que marcaram as primeiras décadas de oitocentos em Portugal e no Brasil.³²¹

Portugal já não estava mais no caminho do Brasil. Mesmo em 1836, quando os portugueses elaboraram um Tratado de Comércio e Navegação, que tinha por objetivo estreitar as relações entre os dois países e criar privilégios recíprocos para a transação de mercadorias, encontraram no Brasil uma forte oposição. O referido tratado, que foi assinado, mas não chegou a ser ratificado, por não ter sido aprovado pelos deputados brasileiros, não era prejudicial à economia brasileira e poderia inclusive estimular determinadas atividades, mas havia entre os brasileiros um temor tão grande de uma recolonização que a partir disso surgiu, em determinadas classes, especialmente entre alguns políticos e a imprensa, uma aversão ao tratado e à ideia de maior proximidade, fosse comercial ou política, com Portugal³²².

Declarada a independência, o Brasil assumiu, de certo modo, “a responsabilidade de parte do passivo que contrairia Portugal para sobreviver como potência colonial”³²³. Não ter mais o entreposto português possibilitaria ao governo brasileiro um aumento na arrecadação fiscal, mas na prática isso seria possível apenas após 1844, quando expirariam os acordos com a Inglaterra³²⁴. A situação decorrente dos privilégios que tinham os ingleses sobre o Brasil e do proteccionismo praticado pela Inglaterra era tal que os produtos brasileiros geralmente ocupavam melhor posição em outros países, os quais não tinham privilégios específicos no

³¹⁹ LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. Op. cit., p. 30.

³²⁰ FRANK, Andre Gunder. Op. cit., p. 37.

³²¹ CASTRO, Zília Osório de. A “Varanda da Europa” e o “Cais do Lado de Lá”. In: CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (Eds.). Op. cit., p. 32.

³²² SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues. O Dificil Reencontro Luso-Brasileiro. In: CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (Eds.). Op. cit., p. 83-85.

³²³ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil..., p. 157.

³²⁴ Ibid, p. 161.

comércio brasileiro, do que na própria Inglaterra³²⁵. E quando expirado o tratado de 1827, foi possível pensar em uma elevação da tarifa e no consequente aumento do poder financeiro do governo central³²⁶.

A separação definitiva de Portugal, em 1822, e o acordo pelo qual a Inglaterra consegue consolidar sua posição, em 1827, são outros dois marcos fundamentais nessa etapa de grandes acontecimentos políticos. Por último, cabe referir a eliminação de poder pessoal de d. Pedro I, em 1831, e a consequente ascensão definitiva ao poder da classe colonial dominante formada pelos senhores da grande agricultura de exportação.³²⁷

Já expusemos os aspectos sobre os condicionantes externos que contribuíram para a situação de dependência econômica do Brasil, mas é necessário também que seja dada atenção aos aspectos internos que foram de suma importância para que a dependência se consolidasse. Especialmente sobre o que diz respeito à classe dominante brasileira.

Conforme aponta Dowbor (1982):

Explica-se, pois, pela orientação da classe dirigente brasileira – ela mesma determinada pela herança colonial, em termos de estrutura econômica, que a criara – a facilidade com que a Inglaterra pôde manter a orientação colonial do país sem outro elemento de poder que a instalação de uma rede de comércio, de transportes e de crédito em alguns centros urbanos e, naturalmente, a potência dos laços econômicos do capitalismo dominante expresso no mercado capitalista mundial.³²⁸

Para Cardoso e Faletto (1977)

quando se rompe a dependência colonial e passa-se para a dependência da Inglaterra, esta tem como apoio social o grupo de produtores nacionais, que pelo crescimento de sua base econômica – crescimento já dado na situação colonial – estava em condições de suscitar um novo arranjo entre as diferentes forças sociais, graças ao qual estava destinado a ter, senão o domínio absoluto, pelo menos uma situação privilegiada.³²⁹

Fernandes (1973) explica a razão de a classe dominante local ser complacente com a dependência e explica também o que ele aponta como um dos

³²⁵ BATISTA Jr., Paulo Nogueira. Op. cit., p. 206-207.

³²⁶ FURTADO, Celso. Formação Econômica da América Latina..., p. 90.

³²⁷ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil..., p. 157.

³²⁸ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 71.

³²⁹ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Op. cit., p. 35-36.

principais motivos para que o capital que transborda para a periferia não se converta nela em um processo de superação da dependência.

A dependência, por sua vez, não é mera “condição” ou “acidente”. A articulação estrutural de dinamismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do polo econômico hegemônico, aceita como *compensadora, útil e criadora* pelo outro polo. Ainda aqui, são os momentos de crise e de transição que revelam melhor a natureza do processo. Quando se dá a eclosão do mercado moderno, a revolução comercial ou a revolução industrial, os parceiros internos se empenham em garantir as condições desejadas pelos parceiros externos, pois veem em seus fins um meio para atingir os seus próprios fins. Não que se considerem incapazes de “montar o jogo”: pensam que usando tal método tornam o processo mais “lucrativo”, “rápido” e “seguro”. Privilegiam, assim, as vantagens relativas do polo dinâmico mais forte porque “jogam nelas” e pretendem realizar-se através delas.³³⁰

Faoro (1998) apresenta como, antes mesmo da independência, a classe dirigente política já formava aliança com a classe dos grandes produtores agrícolas:

A apropriação de rendas que ocorre na exploração econômica tem lugar também no controle financeiro. A receita não se destina, nem se redistribui entre a população, sem que o orçamento contemple despesas de investimento, despesas que se irradiam em benefícios comuns. [...] Uma ou outra vez, sobretudo advertidos os governantes com a fuga de metais, pensa-se em criar indústrias nacionais, privilegiadas para cativar o mercado colonial – com frequência distribuem-se estímulos à agricultura, com incentivos e favores, para que a exportação seja mais abundante.³³¹

E Holanda (2011) aponta para a ausência de uma burguesia urbana independente e nessa situação

os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial.³³²

Expusemos aqui esses trechos para que se observe como a classe dominante brasileira não apenas permitiu que o país fosse guiado para uma condição de dependência econômica, mas participou ativamente deste processo.

³³⁰ FERNANDES, Florestan. Op. cit., p. 54-55, grifo do autor.

³³¹ FAORO, Raymundo. Op. cit., v. 1, p. 223.

³³² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011, p. 88.

Apesar do exposto nos capítulos anteriores, sobre a maneira como a Inglaterra usou da sua força e do seu poder para conseguir privilégios sobre a economia brasileira, primeiro através de Portugal e depois diretamente, é evidente o papel dos grandes produtores brasileiros, a quem a condição de submissão à Inglaterra era interessante e vantajosa. Orientada para fora, a economia brasileira, inevitavelmente, torna-se guiada pelos interesses de suas classes dominantes. Então a maneira como se deu a nossa independência política mais correspondia a uma espécie de integração de acordo com as necessidades do mercado capitalista mundial, de modo que a "dependência mudava de forma, mas permanecia" ³³³. E por ser a Inglaterra "suficientemente potente para contentar-se com a dominação econômica e financeira" ³³⁴ é que esse processo torna-se possível. Ao tornar-se independente, o Brasil tornou-se uma sociedade

cuja dinâmica econômica e social passou a ser determinada a partir dos interesses e movimentos do capital internacional, condicionado agora, não mais por laços legais de fundo colonial, mas, sim, por vantagens econômicas que uniam o proveito estrangeiro aos privilégios das elites locais. ³³⁵

Os aspectos políticos e sociais da colônia, com os quais Portugal, como metrópole, devia se preocupar, não eram obrigações da Inglaterra, pois esses aspectos coloniais foram interiorizados³³⁶. Assumindo a classe brasileira dominante uma posição de quem não buscava romper a dependência e fazer cessar a ação comercial intermediária que nos colocava em situação de dependência, mas, pelo contrário, assumindo esse papel, fez assim perpetuar o modo de produção capitalista dependente³³⁷. A influência e importância dessa classe dominante, formada pelos grandes produtores agrícolas, são tão grandes que eles foram essenciais para condução de determinadas políticas que agravaram a nossa dependência econômica, em especial a partir de 1831, com a eliminação do poder pessoal de D. Pedro I, quando essa classe dominante pode ascender ao poder³³⁸.

³³³ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 71.

³³⁴ Ibid., p. 86.

³³⁵ AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. Op. cit., p. 18.

³³⁶ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. Op. cit., p. 40.

³³⁷ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 73.

³³⁸ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 157

Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filho de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio.³³⁹

Sem o entreposto português para o comércio de entrada e saída de mercadorias no Brasil, logo se verificou uma baixa nos preços das mercadorias inglesas, bem como uma maior abundância de suprimentos e mais fáceis condições de crédito, vantagens estas que tinham representatividade para a classe dominante agrícola³⁴⁰. As melhorias realizadas no Brasil (de infraestrutura, como transporte, portos e ferrovias, e de aparelhamento administrativo e fiscal do Estado) facilitaram sim a atividade produtora, especialmente a do café, principal atividade da economia brasileira à época, e assim foi possibilitada uma relativa melhora na balança comercial brasileira, como já exposto na seção anterior, mas, ao mesmo tempo, essas melhorias davam também agilidade ao processo de transferência de recursos (resultantes dos investimentos diretos ingleses ou referentes aos juros e serviços dos empréstimos), aumentando o interesse inglês em manter e expandir as atividades e relações com o Brasil³⁴¹. Assim, para Sodré (1987), a dependência é caracterizada não pela subordinação a uma determinada metrópole, mas pelo modo de produzir as mercadorias e pelo modo como se escolhe as mercadorias a serem produzidas³⁴², ficando a economia nacional, portanto, totalmente dependente da economia internacional.

O fato de não o Brasil não conquistar a independência econômica juntamente com a independência política acarretou o agravamento das desigualdades externas e também internas. Do mesmo modo que a série de acontecimentos políticos no período de transição do século XVIII para o século XIX contribuiu para a independência política brasileira, também fez com que se prolongasse o período de dificuldades econômicas que o Brasil já sofria desde a decadência da economia do ouro³⁴³. O empobrecimento resultante da baixa na mineração duraria ainda décadas nas regiões mineiras, notadamente no centro do país. E as regiões mineiras mantiveram-se pobres por décadas, algumas ainda em

³³⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 73.

³⁴⁰ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 158.

³⁴¹ DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., v. I, p. 123.

³⁴² SODRÉ, Nelson Werneck. Radiografia de um Modelo. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1987, p. 42.

³⁴³ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 156.

tempos atuais, não apenas pelo esgotamento dos solos, mas por causa da estrutura social que foi montada em torno da economia do ouro, mantendo ainda costumes e constituições de classe e poder “arcaicos”³⁴⁴. E em outras regiões, como no norte, por exemplo, onde a produção era basicamente constituída pela cana de açúcar, a crise foi agravada pela utilização da beterraba como matéria-prima para o açúcar em muitos países da Europa³⁴⁵. As desigualdades internas têm início ainda durante o período colonial. Durante cada ciclo, fosse do açúcar ou do ouro, a região beneficiada e que experimentava relativo desenvolvimento era apenas a área onde ocorria a exploração desta ou daquela economia, não havendo interação entre as diversas regiões brasileiras. Com o desenvolvimento de infraestrutura, portos e ferrovias, da segunda metade do século XIX, as regiões passam a estar ligadas, mas quase sem relações econômicas entre si³⁴⁶. A desigualdade regional aqui se dá, por tanto, a partir

de sua formação colonial e de uma estrutura de produção que passou apenas da fase colonial para a fase de dependência, apresentamos uma sociedade historicamente fundada na exclusão, sem o mínimo do que se conhece como justiça social, tudo coroado pela secular tendência à concentração de renda, levada, no Brasil, ao auge.³⁴⁷

Por não ter tensões internas, sendo o Brasil da metade do século XIX pouco diferente do que havia sido durante os três séculos anteriores, Furtado (2009) atribui a este fator o relativo atraso da industrialização brasileira. Uma mudança nesse sentido ocorre apenas mais tarde, quando da expansão cafeeira, na segunda metade do século XIX,

³⁴⁴ FRANK, Andre Gunder. Op. cit., p. 45.

³⁴⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama..., p. 41-42: “Tais desequilíbrios econômicos ocorreram, precisamente, na fase de transição que o país atravessava, desde o advento da corte portuguesa, em 1808, até a consolidação do poder central, no segundo império, que terminou em 1850. Em primeiro lugar, um fenômeno de desenvolvimento antigo atingiu o ponto mais baixo na curva da riqueza: a mineração. A sua decadência, iniciada na segunda metade do século XVIII, acentuava-se, fortemente, no fim desse século e acarretara um empobrecimento que se deslocara até os anos da independência. A extinção dessa fonte de riqueza, julgada inesgotável pelos colonizadores, produziu um abaixamento no nível econômico das regiões diretamente ligadas à exploração do ouro. Se isso acontecia no centro, no norte e nas outras partes do país, onde a lavoura da cana constituía a produção, sofreram, desde o princípio do século XIX, uma das suas maiores crises, no fato do emprego, na Europa, da beterraba como matéria-prima para o fabrico do açúcar. A lavoura nordestina e a indústria açucareira que girava em torno dela começam a sentir o efeito da perda dos mercados e consequente crise econômica.”

³⁴⁶ LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. Op. cit., p. 101.

³⁴⁷ SODRÉ, Nelson Werneck; SODRÉ, Olga (Org.). Op. cit., p. 107.

durante a qual se modificam as bases dos sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira.³⁴⁸

A constante utilização da emissão de papel moeda que o governo fazia para tentar melhorar a situação do déficit levava a uma desvalorização externa da moeda e, conseqüentemente, causava o aumento, em termos relativos, dos preços dos produtos importados. Enquanto a classe dos grandes produtores agrícolas era pouco afetada por esse aumento, não se pode dizer o mesmo das populações urbanas, constituídas por pequenos comerciantes e empregados do comércio, empregados públicos, militares, etc. Assim, a inflação decorrente da emissão contribuiu para o empobrecimento dessas classes urbanas, “o que explica o caráter principalmente urbano das revoltas da época e o acirramento do ódio contra os portugueses, os quais, sendo comerciantes, eram responsabilizados pelos males que acabrunhavam o povo”³⁴⁹.

6.4 INFLUÊNCIA INGLESA E A ABOLIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Tendo proibido o tráfico de escravos em 1807, não por caráter humanitário, mas por diversos outros fatores, sendo os principais relacionados à questão de manutenção do trabalho escravo – ou seja: não poder controlar, em suas colônias, a proporção de população escrava em relação à população total, o que poderia ser insustentável a longo prazo; algumas ilhas já estavam em um contexto de superprodução, não havendo sentido em expandir a capacidade produtiva com mais mão de obra; a não-expansão dos mercados decorrente da utilização desta mão de obra. Por conta disso, como outras regiões ainda utilizavam a mão de obra escrava, os produtos coloniais ingleses não conseguiam, às vezes, enfrentar essa concorrência. E os motivos para que os ingleses tivessem interesse no fim da

³⁴⁸ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 90-91.

³⁴⁹ Ibid., p. 162.

utilização do trabalho escravo não estava apenas na região das suas colônias. Nesse período, de transição do século XVIII para o XIX, interessava à Inglaterra cada vez mais ter a África antes como um mercado consumidor dos artigos têxteis ingleses do que como um fornecedor de escravos³⁵⁰. Diferentemente das pequenas colônias inglesas, cujos solos já estavam esgotados, o Brasil contava terras férteis ainda inexploradas, mas um fator importante era ainda o Brasil se valer do tráfico de escravos, o que contribuía para que o açúcar brasileiro fosse exportado com facilidade para outros países europeus – função que havia sido de controle quase totalmente inglês – e o que fazia a própria Inglaterra impor altas tarifas à importação de certos produtos, para que protegesse os das suas colônias³⁵¹. Apesar de ter sido no século anterior a maior responsável e também a maior beneficiária pelo tráfico de escravos, comércio que “revelou-se o negócio mais lucrativo do século XVIII”³⁵², os aspectos acima citados justificam em parte as pressões feitas pela Inglaterra para que o trabalho escravo não fosse mais utilizado pelos demais países. Assim, a campanha inglesa começa primeiro pelo Norte do Equador, depois pelo Atlântico Sul³⁵³, mas foi Portugal o país sobre o qual a Inglaterra mais exerceu pressão para que ocorresse a abolição do tráfico de escravos³⁵⁴ – Portugal que através da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, teve por algumas décadas o direito exclusivo de importar escravos para o Brasil, conforme já assinalamos na seção 4.2. Com o tratado de aliança e amizade de 1810, ficou proibido o tráfico de escravos que partisse de qualquer região africana que não pertencesse a Portugal, mas sendo permitido ainda o comércio de escravos entre domínios portugueses³⁵⁵. Mais tarde, como a Inglaterra interferiu diretamente para o reconhecimento internacional da independência brasileira, durante as negociações para que a própria Inglaterra a reconhecesse, o que ocorreu com o tratado realizado em 1826, conseguiram os ingleses que o Brasil se comprometesse a abolir completamente o tráfico escravo em 1830³⁵⁶. E a lei que proibia o tráfico foi sancionada em 1831, e que declarava

³⁵⁰ FRANK, Op. cit., p. 43.

³⁵¹ BATISTA Jr., Paulo Nogueira. Op. cit., p. 221.

³⁵² FRANK, Andre Gunder. *Acumulação mundial...*, p. 245.

³⁵³ LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. Op. cit., p. 90.

³⁵⁴ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p. 146.

³⁵⁵ Ibid., p. 147.

³⁵⁶ Ibid., p. 145.

livre todos os africanos que chegassem ao Brasil a partir daquela data, na prática, não saiu do papel³⁵⁷.

Em 1833 a Inglaterra determinou a abolição gradual do trabalho escravo em suas colônias, passando a ser utilizado um regime de semiescravidão e em 1838 ocorreu a abolição total e definitiva. Com pouca mão de obra para a disponibilidade de terra das colônias inglesas, os preços dos produtos coloniais destas logo começaram a subir enquanto os preços praticados por outras regiões, como o Brasil, apenas caíam, tanto que em 1840 o açúcar brasileiro conseguiu entrar em quantidades relevantes no mercado inglês mesmo com uma taxa de aproximadamente 300%.

A estrutura escravista limitava o crescimento da economia de mercado e reduzia drasticamente as possibilidades de formação de um mercado interno forte e essa produção colonial carregava em si a contradição de ser “mercantil e escravista a um tempo, isto é, produção de mercadorias para o capitalismo europeu através do trabalho escravo”³⁵⁸. E os membros desse sistema não convivem de fato na mesma esfera mercantil, pois nela estavam inseridos os senhores agrícolas, mas não os escravos³⁵⁹, reforçando a característica de economia voltada para o exterior. E na preocupação com a expansão da economia de mercado reside uma das principais causas para a campanha inglesa

Na sua expansão industrial, na sua conquista de novos mercados, na sua busca de matérias-primas, na sua necessidade de padronizar e apurar a produção, na sua exigência de braços nas colônias para o trabalho da terra, para a produção dessas matérias-primas, o industrialismo inglês, pela força dos seus navios não tinha outra lei que não a da satisfação desse impulso imenso, não tinha outro dogma senão o cumprimento daquilo que os teares solicitavam, não tinham outra moral senão a que provinha da nova ordem de coisas.³⁶⁰

Essa transição do trabalho servil para o trabalho assalariado não poderia ocorrer de maneira brusca e repentina, então ela ocorreu de maneira lenta e gradual a partir do conflito de interesses das partes interessadas na manutenção ou na abolição do trabalho escravo no Brasil.

³⁵⁷ MELLO, João Manuel Cardoso de. Op. cit., p. 59.

³⁵⁸ NOVAIS, Fernando A. Op. cit., p. 109.

³⁵⁹ Ibid., p. 112.

³⁶⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 155-156.

As tensões e contradições criadas entre os interesses internos (dos setores interessados na manutenção do escravismo, por exemplo) e os externos (representados preponderantemente pelo capital inglês), gerou, progressiva e dialeticamente as condições históricas para a internalização do modo de produção capitalista, ou em outras palavras, a transição para o trabalho assalariado.³⁶¹

Parte do problema estava no fato de após a independência brasileira, ter sido justamente a classe dos senhores agrícolas, a única interessada na manutenção do trabalho escravo, a que assumiu a condição de classe dominante³⁶². Essas tensões eram inda reforçadas pela consciência de que a indefinição da situação do trabalho escravo também não era favorável à produção brasileira³⁶³. O controle inglês era intenso e se utilizava da sua imensa frota para policiar os mares e “estabelecer pontos e zonas da costa africana, fora dos quais seria proibido comerciar com escravos”³⁶⁴. Promulgado o *Bill Aberdeen* em 1845, ainda que de maneira unilateral e deixando totalmente de lado a soberania do estado brasileiro, passou a Inglaterra a inspecionar todo e qualquer navio brasileiro e a apreender os escravos, caso encontrados³⁶⁵. Esse policiamento inglês faz subir o preço dos escravos (de 300 dólares por escravo médio em 1835 para 650 dólares em 1875), tornando mais caro o transporte de navios até o Brasil e fazendo com que se intensificasse o tráfico interno de escravos³⁶⁶. Nesse meio tempo, de qualquer maneira, havia sido decreta a lei Eusébio de Queirós, em 1850, proibindo o tráfico de escravos³⁶⁷, e a lei do ventre livre, em 1871, decretando livres os filhos de escravos nascidos a partir daquele momento³⁶⁸, e em seguida foi decretada a lei dos sexagenários, a qual determinava a liberdade dos escravos acima dos 65 anos de idade³⁶⁹. Assim, a abolição definitiva do trabalho escravo no Brasil, ocorrida em 1888, já se dá em um contexto em que a discussão interna já contava com um grupo favorável e outro contrário, em um momento em que a pressão partia de um movimento abolicionista brasileiro, mas não podendo ser esquecida a pressão

³⁶¹ DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., v. I, p. 47.

³⁶² PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 143.

³⁶³ LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. Op. cit., p. 112.

³⁶⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 155.

³⁶⁵ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 236.

³⁶⁶ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 187.

³⁶⁷ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 237.

³⁶⁸ PRADO Jr., Caio. Op. cit., p. 178.

³⁶⁹ Ibid., p. 181.

inglesa realizada principalmente na primeira metade do século XIX, agindo durante as primeiras décadas na esfera política e nas seguintes agindo nos mares.

A abolição é um dos principais aspectos do período que marca o relativo declínio dos centros de produção agrária e que confere dinamismo à vida urbana, uma vez que antes as cidades eram, de modo geral, apenas complementos dos centros agrícolas³⁷⁰. E sofreram também significativas alterações o modo como se organizam as plantações e, é claro, o modo como os grandes produtores lidavam com a questão da mão de obra³⁷¹. Abolido o trabalho escravo, as grandes plantações, sobretudo o café, já dominante à época em questão, tiveram de dotar o trabalho assalariado e abriu-se então o espaço para a imigração de trabalhadores europeus (foram criadas, nesse sentido, políticas de estímulo, por conta da falta de mão de obra para as plantações de café), uma vez que, por diversos fatores, a mão de obra brasileira não se alocou imediatamente de acordo com o novo modo de produção, pelo contrário, parecia antes preferível, à grande maioria, dedicar-se à agricultura de subsistência ou mesmo migrar para os centros urbanos, onde logo formaram uma grande massa de pessoas pobres, a submeter-se ao regime de trabalho das lavouras de café³⁷².

6.5 CAPITALISMO DEPENDENTE

Para analisarmos a fase do Brasil à qual se atribui aqui a qualificação de capitalismo dependente, é preciso antes compreender como se dá cada um desses aspectos: o capitalismo e a dependência. Sendo “uma sociedade em que os limites entre os três regimes – feudalismo, escravismo, capitalismo – ficam imprecisos e conservam essa imprecisão através dos séculos”³⁷³, é de fato difícil periodizar com precisão, pois algumas economias, e este é o caso do Brasil, mesmo operando com sistemas pré-capitalistas, no que diz respeito ao modo e às relações de produção, foram inseridas na divisão internacional do trabalho e foram “gradualmente

³⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 172.

³⁷¹ Ibid, p. 173-174.

³⁷² DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 96-97.

³⁷³ SODRÉ, Nelson Werneck; SODRÉ, Olga (Org.). Op. cit., p. 66.

submetidas à dinâmica do capitalismo do centro” ³⁷⁴. Assim, Sodré (1998), por exemplo, trabalha com a divisão “em três etapas decisivas: a lusitana, a inglesa e a americana. A primeira, que domina os tempos coloniais e o reino. A segunda, que abrange o império, até 1870. A terceira, que começa em 70 e vem ao nosso tempo” ³⁷⁵. Enquanto para Frank (1980), não se referindo ao caso brasileiro especificamente, mas ao processo mundial de acumulação de capital e de desenvolvimento capitalista, separa em três estágios, “o mercantilista (1500-1770), o capitalista industrial (1770-1870) e o imperialista (1870-1930)” ³⁷⁶. Em outro estudo, Sodré (1987) afirma que a principal diferença economia colonial para a economia dependente, é que esta apresenta um maior grau de integração com o mercado mundial³⁷⁷. A particularidade de países nos quais, como no Brasil, desenvolveu-se um capitalismo dependente está nessa dificuldade para identificarmos a transição de um modo de produção para outro, pelo fato de por décadas, ou até mesmo por séculos, pode ser observado o convívio de elementos de diferentes modos de produção³⁷⁸. Quando da inserção brasileira na divisão do trabalho, como país especializado na produção de artigos primários, para Dowbor (1982), é indiscutível que o país já estava em uma fase capitalista, pela própria dinâmica da sua economia (orientada de acordo com as necessidades de acumulação no centro), apesar de relações de produção pré-capitalistas, por utilizar mão de obra escrava³⁷⁹.

No que diz respeito à dependência em relação ao mercado externo, desde o início o Brasil tinha essa relação com o mercado mundial, fornecendo produtos primários à base relações de produção pré-capitalistas e, ainda que não fosse propriamente capitalista ainda, servindo de fonte de acumulação para o capitalismo ascendente³⁸⁰ e definindo também os traços do seu próprio subdesenvolvimento³⁸¹.

³⁷⁴ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 31.

³⁷⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 198.

³⁷⁶ FRANK, Andre Gunder. Acumulação dependente..., p. 9.

³⁷⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. Radiografia..., p. 37.

³⁷⁸ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 39.

³⁷⁹ Ibid., p. 38-39.

³⁸⁰ SODRÉ, Nelson Werneck; SODRÉ, Olga (Org.). Op. cit., p. 65.

³⁸¹ FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 88: “Dessa forma, consideraremos o subdesenvolvimento como uma criação do desenvolvimento, isto é, como consequência do impacto, em grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se haviam inserido na revolução industrial em sua fase inicial, ou seja, até fins do século XIX. As relações que se estabelecem entre esses dois tipos de sociedades envolvem formas de dependência que tendem a autoperpetuar-se. Essa dependência apoiou-se, inicialmente, num sistema de divisão internacional do trabalho que reservava para os centros

A construção dessa dependência externa após as primeiras décadas do século XIX é resumida por Costa (2002):

A forma como as nações latino-americanas iriam inserir-se no novo contexto mundial estaria balizada no plano internacional em várias dimensões. No plano econômico, marcado pela hegemonia do industrialismo inglês, a extinção dos monopólios coloniais implicaria na pressão pela adoção do livre-cambismo e em um novo tipo de inserção das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho: como exportadoras de matérias-primas e alimentos. O novo padrão tinha sobre o processo de construção do Estado um efeito paradoxal: reiterar a heteronomia econômica que mantinha essas economias como tributárias do centro capitalista passava a ser uma condição de sua soberania política, ou seja, a viabilidade dos novos estados estava intimamente ligada à existência de produtos exportáveis que os mantivessem nos fluxos do sistema econômico mundial e que possibilitasse às elites dos novos Estados se sobreporem às pulsões centrífugas de uma base social rarefeita e não integrada economicamente em nível nacional. Além disso, o próprio financiamento do Estado estava em estreita dependência da inserção das novas nações no comércio internacional: sua fonte principal seria, ao longo do século XIX, a renda alfandegária e os empréstimos externos.³⁸²

Dentro desse esquema estabelecido da divisão internacional do trabalho, a especialização regional não conduz ao maior bem comum, mas apenas aos ganhos do centro em detrimento da periferia e de sua população, cujas atividades passam a responder e atender às necessidades de acumulação dos países centrais³⁸³. A inserção ocorre então de maneira a nos colocar como país periférico e totalmente sujeito ao capital internacional, especialmente ao da Inglaterra que continuava a sua acumulação e, drenando quase completamente os recursos brasileiros, pouco deixava ao Brasil condições para mudança das estruturas econômica e social³⁸⁴. Então mesmo quando ocorrem internamente a produção e a comercialização, o capital aumentado é o do centro – e o capitalismo dependente se acentua à medida

dominantes as atividades produtivas em que se concentrava o progresso tecnológico. Em fase subsequente, a dependência resultou do controle exercido por grupos das economias dominantes sobre as atividades que, nas economias dependentes, mais assimilavam novas técnicas.

Sendo assim, infere-se que o subdesenvolvimento não pode ser estudado como uma 'fase' do processo de desenvolvimento, fase que tenderia a ser superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneas das economias desenvolvidas, das quais, de uma ou de outra forma, dependem, as economias subdesenvolvidas não podem reproduzir a experiência daquelas. Em síntese: desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna."

³⁸² COSTA, Wilma Peres. A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808 – 1850). In: SZMRECSÁNYI, Tamás. LAPA, Roberto do Amaral (Org.). Op. cit., p. 151-152.

³⁸³ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 30.

³⁸⁴ LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 254.

em que as decisões de investimento dependem parcialmente dos países centrais e das pressões externas³⁸⁵. Se durante as duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, a Inglaterra sofreu com uma deterioração dos termos de troca, enquanto verificou-se o oposto nos demais países, ocorreu o inverso a partir de 1870, quando a situação dos termos de troca começou a melhorar consideravelmente para a Inglaterra³⁸⁶. De maneira que, de acordo com Frank (1980):

a divisão internacional do trabalho e o mercado mundial operavam como se a Inglaterra metropolitana tivesse “intencionalmente” baixado seus preços com o intuito de destruir a concorrência manufatureira local durante a expansão do livre-comércio, e então novamente tivesse elevado seus preços, uma vez que esta concorrência estava efetivamente eliminada nos países colonizados. Então, no final do século, o capitalismo monopolista-imperialista-metropolitano substituiu cada vez mais o livre-comércio, e os países colonizados e industrialmente mutilados foram cada vez mais explorados através dos termos de comércio deteriorados.³⁸⁷

E dessa deterioração dos termos de troca dos subdesenvolvidos resulta que eles precisem recorrer ao capital estrangeiro (para cobrir o déficit existente e para tentar financiar o seu próprio desenvolvimento). Dessa maneira, conforme Santos (1970), o capital estrangeiro e também o “auxílio” estrangeiro são utilizados para preencher as lacunas que eles mesmos fizeram surgir³⁸⁸. Quando possibilitado o início da acumulação de capital no próprio Brasil, ainda que lenta, já estava estabelecida uma situação de economia dependente da qual a maior parte do capital servia para a acumulação no exterior³⁸⁹ – a acumulação interna ocorria, portanto, exatamente como o funcionamento de toda a estrutura produtiva nacional, em função das economias centrais. A economia cafeeira brasileira ilustra bem essa situação, pois sendo uma produção de base pré-capitalistas e quase totalmente destinada à exportação, existia em função das acumulações que ocorriam no centro, nesse caso, na Inglaterra³⁹⁰. Esse aspecto, aliás, de economia periférica que opera simultaneamente com características pré-capitalistas e capitalistas, por estar completamente submissa ao centro, reforça a ideia da existência de um capitalismo

³⁸⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Op. cit., p. 127.

³⁸⁶ FRANK, Andre Gunder. Op. cit., p. 131.

³⁸⁷ Ibid., p. 132.

³⁸⁸ SANTOS, Theotonio dos. Op. cit., p. 233.

³⁸⁹ SODRÉ, Nelson Werneck; SODRÉ, Olga (Org.). Op. cit., p. 68-69.

³⁹⁰ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 34.

dependente³⁹¹. Essa dependência pode ser facilmente observada se analisada a questão da rápida expansão do número de ferrovias brasileiras, pois essa expansão, conforme Castro (1976),

tendo por trás o dinamismo do setor financeiro inglês, atendia aos múltiplos objetivos da Divisão Internacional do Trabalho: integrava o interior dos países e colônias à economia mundial; barateava o custo de produção dos alimentos e matérias primas exportadas para a Inglaterra; ampliava as escalas de produção; permitia a mobilização de maiores excedentes para o comércio internacional; constituindo, por fim, mercados para a crescente exportação britânica, especialmente de bens de capital.³⁹²

Assim, como Fernandes (1973) expõe, as duas realidades áspers que o Brasil enfrenta, como também os demais países latino-americanos, são:

1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real.³⁹³

É, portanto, necessário observar que:

É evidente que a dominância das atividades extrovertidas constitui simultaneamente uma causa e um efeito da divisão internacional capitalista do trabalho; esta, sendo efetuada sob o signo das necessidades de acumulação no centro, não se tratava de um ajustamento recíproco, mas da submissão de um às necessidades do outro. À medida que a divisão progredia, a acumulação no centro aumentava, a produção e as necessidades encontravam-se aumentadas e as economias periféricas reforçavam a sua 'especialização'. Constituindo o capitalismo do centro o elemento motor do conjunto, a periferia especializava-se em *função* destas necessidades.³⁹⁴

Dowbor (1982) expõe bem como a economia brasileira voltou-se para fora, quando, por exemplo, algumas de suas regiões especializaram-se na produção de algodão, demandado pelo mercado internacional quando da transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial³⁹⁵. E mesmo quando a produção ocorreu para ser comercializada internamente, ela obedeceu ao princípio de ser produzida “para

³⁹¹ Ibid., p. 39.

³⁹² CASTRO, Ana Célia. Op. cit., p. 12-13.

³⁹³ FERNANDES, Florestan. Op. cit., p. 26.

³⁹⁴ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 33, grifo do autor.

³⁹⁵ Ibid., p. 51.

fora”, como o caso do gado produzido no sul e em outras regiões, pois a sua produção ocorreu apenas para atender a demandas comerciais³⁹⁶.

A condição de dependência não é puramente externa, mas ocorre justamente pelo fato de alguns setores, os dominantes, se unirem ao capital internacional, então a “dependência é assim simultaneamente externa/interna, ou como proferem alguns autores, é uma dependência estrutural”³⁹⁷. Inserido o país na divisão do trabalho, conforme interessava às classes dominantes, que era, afinal, a quem interessava que houvesse a especialização brasileira em produtos primários, isso apenas contribuía para que ganhassem ainda mais força essa classe dirigente e as relações de produção³⁹⁸. Assim, por mais que se atribua aos privilégios concedidos aos ingleses considerável peso para a nossa situação de dependência, deve ser observado que não reside aí o essencial, mas sim na classe dirigente brasileira, que interioriza a relação colonial e assegura as bases do capitalismo dependente³⁹⁹. A acumulação, gerada externamente, foi internamente travada pela própria classe dominante brasileira, conforme este trecho de Frank (1980):

Esta estrutura econômica colonial [...] proporciona à burguesia colonial, seja ela metropolitana ou local, os seguintes interesses econômicos e de classe: a restrição do desenvolvimento substancial da produção manufatureira local para o mercado interno, cujo tamanho não o justifica em razão da distribuição desigual da renda; a dedicação de todos os recursos naturais e humanos adequados para a produção de bens de exportação, até mesmo ao custo de restringir a diversificação da produção agrícola; a importação de bens manufaturados e até de alimentos básicos do exterior para manter a população trabalhadora; a importação de bens de consumo de luxo para o próprio consumo elitista, ou consumi-los no exterior em longas estadias ou viagens; a destinação do máximo de excedente ou capital investível – além do que é remetido para fora – à expansão do aparato produtivo de bens de exportação que gera este excedente, especialmente em épocas de *boom*; a importação de uma parcela substancial do equipamento produtivo necessário para a indústria de exportação; a produção do máximo dos equipamentos restantes, e a obtenção de todo o capital de giro através da superexploração do trabalho doméstico; em suma, a expansão da economia exportadora monoprodutiva em lugar da criação de uma estrutura capaz de gerar um desenvolvimento econômico auto-sustentado.⁴⁰⁰

É, portanto, pela própria estrutura de classe colonial que à burguesia dominante interessava continuar no sistema de exportação de matérias-primas e

³⁹⁶ Ibid., p. 52.

³⁹⁷ AMARAL, Tereza Cristina Kirschner do. Op. cit., p. 26.

³⁹⁸ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 31.

³⁹⁹ Ibid., p. 73.

⁴⁰⁰ FRANK, Andre Gunder. Op. cit., p. 155-156.

importação de artigos manufaturados⁴⁰¹. A manutenção de uma estrutura social que exclua os trabalhadores dos centros de decisão, da renda e da educação, é necessária para que o setor dominante mantenha a sua posição – e por isso que interessava tanto a esse grupo que a sociedade continuasse a ser carregada de características pré-capitalistas, especialmente no que diz respeito aos modos e às relações de produção⁴⁰². Já assegurada a apropriação quase total da terra, as classes dominantes tinham garantido o controle da mão de obra através da escravidão ou, depois, do controle da imigração ou mesmo, no caso de regiões com maior densidade demográfica, impondo obstáculos que dificultassem o acesso de colonos à propriedade da terra⁴⁰³. Essas classes, ao afastarem das demais as possibilidades de acesso ao poder político ou econômico, assumem uma posição não apenas elitista, mas também isolacionista⁴⁰⁴. Nesse ambiente, não poderia se esperar, como ocorreu em alguns países centrais, que a mudança da estrutura social se desse a partir de tensões entre as classes, por ser clara a definição de qual grupo representava a classe dominante, mas por ser frágil a definição de outro grupo que pudesse ser caracterizado como classe social (com consciência de classe) oposta àquela⁴⁰⁵. Assim, pelo modo como participa a classe dominante brasileira e pelo resultado, de formação de um capitalismo dependente, que se observa para a economia brasileira, torna-se ingênuo pensar que o que se constituiu aqui foi apenas um reflexo ou um produto do modo de produção capitalista europeu do qual o país não teria sido agente ativo⁴⁰⁶. Assim

Um elemento determinante parece ter sido a estrutura interna que o Brasil herda da sua função colonial: nas colônias de outros continentes, onde o imperialismo sobrepunha uma estrutura colonial às formações sociais pré-capitalistas mas introvertidas, a presença da dominação política devia impedir a tendência natural destas economias de seguir o seu caminho e de produzir em função das necessidades internas; no Brasil, e isto é verdade para outras economias latino-americanas, o fato de toda a economia ter sido constituída em função das necessidades externas, a ponto de a própria classe dominante local ver a sua prosperidade depender da boa marcha das exportações, tornava possível a forma neocolonial de dominação – por intermédio de mecanismos econômicos e financeiros – quando a forma de

⁴⁰¹ Ibid., p. 128.

⁴⁰² AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. Op. cit., p. 132-133.

⁴⁰³ CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., p. 69.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 201-202.

⁴⁰⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Op. cit., p. 31.

⁴⁰⁶ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 43.

dominação colonial estava ainda nos seus primeiros passos em outros continentes.⁴⁰⁷

E mesmo atualmente pode ser observado que

muito deste padrão de importação-exportação ainda permanece, em parte porque as ferrovias ainda estão instaladas daquela forma, e o que é mais importante, porque o desenvolvimento político, econômico e urbano, orientado para a metrópole, que o imperialismo do século XIX gerou na América Latina, levou à formação de interesses de classe que tentaram, e com o apoio metropolitano conseguiram, manter e expandir este desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano durante o século XX.⁴⁰⁸

Os países que passaram pelo processo de desenvolvimento industrial continuaram a demandar matérias-primas e alimentos e era, é claro, de interesse deles e das suas empresas instaladas no Brasil que fosse mantida a estrutura agrária existente⁴⁰⁹. Houve, dessa maneira, principalmente entre 1870 e 1930, nos países especializados em produtos primários, um excesso das exportações sobre as suas importações, o que contribuiu para a acumulação de capital, para o progresso tecnológico e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico dos países hoje desenvolvidos⁴¹⁰. Assim, esse superávit de exportação em relação à importação teve os seguintes efeitos:

(1) supriu grande parte do excesso de consumo de mercadorias da Europa, representado pelo déficit de exportação ou superávit de importação de mercadorias desta última, (2) ajudou a financiar o superávit de exportação dos Estados Unidos e dos Domínios para a Europa, (3) contribuiu para o investimento doméstico e o desenvolvimento na Europa, e/ou (4) ajudou a Europa a financiar seus investimentos externos nos Estados Unidos e Domínios, cujo desenvolvimento foi deste modo acelerado, ao mesmo tempo que os países subdesenvolvidos também financiaram grande parte do investimento "estrangeiro" neles próprios, o que acelerou entretanto seu subdesenvolvimento.⁴¹¹

Já perto do fim do século XIX, a novamente um declínio da metrópole, desta vez da inglesa, e como havia acontecido quando do declínio da metrópole portuguesa, o declínio se deu não pela afirmação e pela conquista de uma classe

⁴⁰⁷ Ibid., p. 67.

⁴⁰⁸ FRANK, Andre Gunder. Op. cit., p. 205.

⁴⁰⁹ DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 25.

⁴¹⁰ FRANK, Andre Gunder. Op. cit., p. 210-211.

⁴¹¹ Ibid, p. 230.

brasileira, mas sim pelo crescimento de outra metrópole, a estadunidense⁴¹². A participação do capital inglês no montante de capital estrangeiro investido no Brasil cai de 94% entre 1860 e 1875 para aproximadamente 62% no período entre 1886 e 1896⁴¹³. E, ao que Dowbor (1982) chama de “nacionalização da superestrutura neocolonial”, os brasileiros, os mesmos da classe dominante, assumiram as posições antes ocupadas pelos ingleses⁴¹⁴ – exatamente da mesma maneira que ocorre quando a classe dominante brasileira assume a posição antes ocupada pelos portugueses como entreposto comercial para a exportação das nossas mercadorias. E mais uma vez essa, além dos fatores externos, deve ser atribuído peso às relações internas entre as classes, que não são, nesse processo, um fator à parte, “ao contrário, a relação interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência”⁴¹⁵.

Colocamos, nas últimas páginas, a manutenção da estrutura social como uma das principais condições para que a classe dominante brasileira conseguisse assegurar a sua posição. Apesar disso, não podemos ignorar que o século XX assistiria sim ao surgimento de novos setores, como o urbano-industrial e de serviços⁴¹⁶, e, como não poderia deixar de ser, à expansão da classe média (principalmente em função da expansão da classe assalariada)⁴¹⁷.

⁴¹² DOWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 101.

⁴¹³ CASTRO, Ana Célia. Op. cit., p. 64.

⁴¹⁴ Ibid., p. 101-102.

⁴¹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Op. cit., p. 10.

⁴¹⁶ CARDOSO, Op.cit., p. 73.

⁴¹⁷ Ibid., p. 79.

7 CONCLUSÃO

Ao estudarmos um período de quase três séculos, pretendemos com este trabalho a análise da dependência econômica brasileira. Buscando dar o devido enfoque aos fatores externos e também aos fatores internos que em dados momentos permitiram e em outros, não apenas isso, mas determinaram a nossa inserção no mercado internacional como país dependente deste mercado, expusemos de maneira breve o que entendemos como o essencial para compreensão desse processo.

Sobre essas forças externas, não resta dúvida de que a política inglesa operou de modo a colocar Portugal como uma virtual colônia inglesa, tornando-se o Brasil, por mais de um século, uma espécie de colônia da colônia, por conta da exploração indireta que sofria. Após a independência brasileira, a qual ocorre também por intermédio da força inglesa, pôde a Inglaterra explorar diretamente a economia e o mercado brasileiros.

E quanto aos fatores internos, buscamos frisar aqui a participação, ativa e constante, da classe dominante brasileira para que essa dependência fosse agravada, para que as estruturas econômica e social fossem mantidas em condições pré-capitalistas, fazendo desenvolver-se aqui o capitalismo dependente. Por compreendemos que no período de transição do século XIX para o século XX, quando a economia brasileira assistiu aos Estados Unidos substituírem a Inglaterra no papel de nação hegemônica, estaria o limite para o que nos propusemos estudar, não analisamos aqui a nossa dependência após esse período. Mas, por outro lado, considerando que muitos estudiosos do tema tenham se dedicado especialmente ao período após a Segunda Guerra Mundial, acreditamos que essa delimitação, além de não ter sido aplicada de maneira rígida, não limitou a contribuição deste trabalho.

Dos privilégios que tiveram os ingleses sobre o Brasil à formação do capitalismo dependente, não de maneira forçada, mas de maneira aceita e estimulada pela classe agrícola brasileira, são várias as razões para a consolidação da nossa dependência e da nossa posição periférica.

Na *Introdução* afirmamos que o período delimitado nesse trabalho não compreende a “linha de chegada” da questão da dependência brasileira por

entendermos que a questão se estende além do período aqui estudado e atinge mesmo os dias atuais. É difícil precisar o início dessa dependência – e por isso tivemos que buscar uma maneira de fazê-lo neste trabalho –, mas mais difícil ainda é precisar o seu fim. As questões relacionadas ao subdesenvolvimento brasileiro e à sua dependência econômica não se encerram na limitação desse trabalho, bem como não podem ser vistas de maneira definitiva por uma ou por outra teoria, pois são muitas as possibilidades de estudo desse caminho – e por isso mesmo compreendemos que esse caminho deva ser estudado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Tereza Cristina Kirschner do. **Dependência: algumas considerações**. 97 f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 1974.

AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. **Teoria da Dependência? A Problemática Hoje**. 287 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

BARROSO, Gustavo. **Brasil – Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1936.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. **Política tarifária britânica e evolução das exportações brasileiras na primeira metade do século XIX**. In: Revista Brasileira de Economia: Rio de Janeiro, 1980, n. 34, p. 203-239.

BETHELL, Leslie (Org.). **América Latina Colonial**. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, 10 v.

BOUÇAS, Valentim F. **História da Dívida Externa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Financeiras, 1950.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **As três interpretações da dependência**. In: Perspectivas, 2010, v. 38, p. 17-48.

BUESCU, Mircea. **História Econômica do Brasil: Pesquisas e Análises**. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; SORJ, Bernardo; FONT, Maurício (Orgs.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Ideológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes – Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. **Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750 – 1808)**. In: Revista Tempo. Departamento de História, Universidade Federal Fluminense: Niterói, n. 31, p. 65-88.

CASTRO, Ana Célia. **As empresas estrangeiras no Brasil – 1860 – 1913**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Planejamento Econômico, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1976.

CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (Eds.). **Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000**. Lisboa: Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DESHAYES, Jean-Luc; WEIBEL, Pierre. **Brasil, a dependência**. Tradução: Plínio Alexandre Casali e Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1987.

DOIN, José Evaldo de Mello. **A dívida externa no império – organização e consolidação do Estado e início do processo de modernização dos instrumentos de exploração – (1824-1864) – contribuição para o estudo da história financeira do Brasil**. 579 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. 2v.

DOWBOR, Ladislau. **A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Editora Globo, 1998, 2v.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. **Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (séculos XVII e XIX)**. In: História: Questões & Debates. Editora UFPR: Curitiba, 2002, n. 36, p. 99-127.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. Tradução: Cláudio Alves Marcondes. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação mundial – 1492 – 1789**. Tradução: Hélio Pólvora e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, Editor S.A., 1970.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa – 50 anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HEES, Felipe. **A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808 – 1956)**. In: Em Tempo de Histórias. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília: Brasília, 2011, n. 18, p. 100-132.

HEILBRONER, Robert L. **A Formação da Sociedade Econômica**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S. **A evolução da economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. Tradução: Janaína Prado. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio – contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)**. 6. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

PALMA, Gabriel. **Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?** In: World Development. Pergamon Press Ltd.: 1978, vol. 6, p. 881-924.

PEDREIRA, Jorge Miguel. **Indústria e atraso econômico em Portugal (1800-25). Uma perspectiva estrutural**. In: Análise Social. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Lisboa, 1987, vol. XXIII (97), p. 563-596.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

SANTOS, Theotonio dos. **The Structure of Dependence**. In: The American Economic Review, 1970, v. 60, n. 2, p. 231-236.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500 – 1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações – Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas**. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, 2 v.

SMITH, Joseph; VINHOSA, Francisco. **A History of Brazil, 1500 – 2000: Politics, economy, society, diplomacy**. Londres, Longman: 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck; SODRÉ, Olga (Org.). **Desenvolvimento brasileiro e luta pela Cultura Nacional**. Itui: Ottoni Editora, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graphia, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Radiografia de um Modelo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1987.

STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. **A Herança Colonial da América Latina: Ensaio de Dependência Econômica**. 4. ed. Tradução: José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, Roberto do Amaral (Orgs.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.